



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO REVISTO 2016

RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO

11 de Agosto de 2016

Tabela de Assuntos

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	3
SIMBOLOGIA.....	3
1 FUNDAMENTOS DA REVISÃO DO OGE 2016	6
2 CONTEXTO ECONÓMICO MUNDIAL	9
2.1 PRODUTO MUNDIAL	9
2.2 INFLAÇÃO.....	10
2.3 MERCADO PETROLÍFERO MUNDIAL	11
2.4 SECTOR EXTERNO	13
2.5 TAXAS DE JURO.....	14
3 CONTEXTO ECONÓMICO NACIONAL.....	15
3.1 PREÇOS.....	15
3.2 DESENVOLVIMENTOS FISCAIS.....	19
3.3 SECTOR EXTERNO	22
3.4 MERCADOS FINANCEIROS	23
3.4.1 Mercado Cambial.....	23
3.4.2 Mercado Monetário	24
4 PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO	27
4.1 CENÁRIO MACROECONÓMICO PARA 2016 REVISTO	27
4.1.1 Sector Petrolífero	27
4.1.2 Sector Não Petrolífero	28
4.2 Cenário Fiscal para 2016	30
4.2.1 Fluxos Globais do Orçamento Geral do Estado Revisto.....	30
5 RISCOS À EXECUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL	38
5.1 Principais Riscos Orçamentais.....	38
5.2 Evolução do Preço de Petróleo	38
5.3 Evolução da Produção de Petróleo	39

Índice de Gráficos, Tabelas e Figuras

Gráfico 1 Preço Spot do Brent e Ramas Angolanas	7
Gráfico 2 Taxas de Juros de referência	14
Gráfico 3 Evolução das Importações (em Dólares americanos)	16
Gráfico 4 Evolução das Importações de Bens Alimentares (Dólares americanos)	17
Gráfico 5 Evolução da Inflação	18
Gráfico 6 Evolução da inflação, Preço das Ramas e Taxa de câmbio	18
Gráfico 7 Evolução da Conta de Bens e das suas Componentes.....	22
Gráfico 8 Taxa de Cambio Oficial (média)	24
Gráfico 9 Taxa de Câmbio Oficial (média)	24
Gráfico 10 Composição Funcional da Despesa do OGE 2016.....	34
Gráfico 11 Alteração na composição funcional da Despesa	36
Gráfico 12 Despesa por função: Anatomia do Sector Social.....	36
Tabela 1 Taxa de crescimento do Produto Mundial	9
Tabela 2 Taxa de Inflação nalguns principais mercados.....	11
Tabela 3 Produção Mundial de Petróleo	12
Tabela 4 Crescimento do comércio internacional de bens e serviços (%).....	13
Tabela 5 Quadro Fiscal 2016, Kz Mil Milhões	21
Tabela 6 Comportamento da Conta de Bens da BOP (Em Milhões de US\$)	22
Tabela 7 Evolução da Importação de Produtos da Cesta Básica (Em Milhões de US\$)	23
Tabela 8 Execução do Passivo do BNA.....	25
Tabela 9 Execução do Agregado Monetário (Médios de Pagamento)	26
Tabela 10 Pressupostos Técnicos de Programação Macroeconómica	27
Tabela 11 Crescimento e Contribuições para a Taxa de Crescimento do PIB	28
Tabela 12: Balanço Macro-Fiscal 2013-2015.....	31
Tabela 13 Plano de Financiamento do OGE Revisto 2016.....	32
Tabela 14 Estrutura da Aplicação de Recursos em 2016	32
Tabela 15 Mapa de Origem e Aplicação de Fundos	33
Tabela 16 Despesa por Função do OGE 2016 Inicial e Revisto	35
Figura 1 Efeito Económico da Queda do preço do Petróleo.....	16
Figura 2 Distribuição Geográfica da Despesa	37

SIGLAS E ABREVIATURAS

AEL	Activos Externos Líquidos
AIL	Activos Internos Líquidos
BCE	Banco Central Europeu
BNA	Banco Nacional de Angola
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BUE	Balcão Único do Empreendedor
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos 7 países mais industrializados: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá
GERI	Gabinete de Estudos e Relações Internacionais
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
Kz	Kwanzas
LIBOR	London Interbank Offered Rate
MINFIN	Ministério das Finanças
MPDT	Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial
M2	Massa Monetária
MINFIN	Ministério das Finanças
MPDT	Ministério do Planeamento e Desenvolvimento Territorial
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMA	Operações de Mercado Aberto
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAGEC	Programa de Apoio às Grandes Empresas e Sua Inserção em <i>Clusters</i> Empresariais
PED	País em Desenvolvimento
PERT	Projecto Executivo para a Reforma Tributária
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimento Público
PMA	Países Menos Avançados
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
PROAPEN	Programas de Apoio ao Pequeno Negócio
RIL	Reservas Internacionais Líquidas
USD	Dólares dos Estados Unidos da América
WEO	<i>World Economic Outlook</i>
WTI	West Texas Intermediate

SIMBOLOGIA

N.D	Não disponível
*	Previsões / estimativas

INTRODUÇÃO

1. **O preço do petróleo atingiu patamares reprimidos na primeira parte do ano, e não obstante a ligeira recuperação que apresenta, as incertezas sobre a sua evolução prevalecem elevadas.** A evolução da estratégia macroeconómica do Executivo nos primeiros meses de 2016 foi em grande parte condicionada pelo preço do petróleo no período, que na média ficou em torno dos USD 37,50/Bbl no I Semestre, bem abaixo dos USD 45,00/Bbl previstos no OGE 2016. Em meados de Janeiro este indicador desceu para patamares inferiores a USD 28,00/Bbl, considerados como os mais baixos em uma década, para garantir a sustentabilidade da despesa pública e a manutenção das RIL: a moeda nacional que se mantinha estável em torno dos 1,00 USD/AKZ135 desde meados de Setembro de 2015, depreciou-se em 15% em relação à moeda americana, num único dia de Janeiro de 2016.
2. Com o propósito de fortalecer o lado fiscal, considerado como o principal determinante para o enfrentamento da crise actual quer em relação à manutenção das despesas públicas básicas, ou às expectativas dos agentes em relação à sustentabilidade fiscal, o Executivo implementou em Janeiro a redução dos subsídios ao gásóleo, gasolina e petróleo iluminante que impactaram directamente sobre a inflação. Com o mesmo sentido de promover a potenciação fiscal, foram ajustadas a Programação Financeira Trimestral e os subsequentes Planos de Caixa, de maneira a adequar as despesas orçamentais previstas à realidade dos mais baixos preços do petróleo.
3. Tendo em conta esse contexto, para a economia nacional antecipam-se as seguintes consequências:
 - Redução do valor dos activos nacionais – sobretudo financeiros – detidos no estrangeiro;
 - Redução das receitas petrolíferas, como consequência da redução dos respectivos preços de exportação e uma possível redução da produção, como efeito de segunda ordem;
 - Ressentimento dos sectores petrolífero no seu nível de actividade, investimentos, rentabilidade e emprego;
 - Maior dificuldade de acesso a financiamentos externos, tanto pela redução da liquidez internacional, como do agravamento das condições de financiamento, embora possa existir a oportunidade de atracção, em condições favoráveis, de capitais de longo prazo de países emergentes que busquem aplicações seguras, numa base de negociação bilateral;
 - Pressão sobre as reservas cambiais do país, face à redução do influxo de divisas; e;
 - Redução dos custos das importações.
4. A presente proposta de revisão do OGE fundamenta-se nos mais recentes desenvolvimentos de enquadramento internacional com impacto nas finanças públicas nacionais e visa ajustar a política fiscal veiculada pelo Orçamento Geral do Estado às

novas perspectivas da programação macroeconómica nacional para o ano corrente e à nova realidade económica e financeira internacional.

5. Assim, sem comprometer os objectivos preconizados pelo Executivo, a revisão que aqui se propõe assenta no seguinte:

- uma reavaliação da estimativa da receita, em particular, face ao comportamento do preço médio das ramas angolanas;
- a fixação da despesa a um nível de cobertura mais realístico, por via da revisão dos créditos orçamentais; e
- o controlo do défice e das necessidades de financiamento, por via da revisão das operações de financiamento, sem comprometer o pagamento do serviço da dívida projectado.

6. Este Relatório de Fundamentação do OGE Revisto mantém a mesma estrutura do relatório de Fundamentação do OGE 2016, estando dividido nos seguintes cinco capítulos:

- O **Capítulo 1. (Fundamentos da Revisão do OGE 2016)**: apresentam-se as justificativas para a proposta de revisão do OGE 2016.
- O **Capítulo 2. (Contexto Económico Mundial)**: apresenta-se as perspectivas mais actualizadas para o crescimento da economia mundial, incluindo, a Inflação, o Comércio Mundial, Termos de Troca, Preços do Comércio Internacional, e as Taxas de Juro.
- O **Capítulo 3. (Contexto Económico Nacional)** – apresenta-se o desempenho da economia e finanças nacionais para o corrente ano, nos sectores real, incluindo a inflação, o desempenho monetário, as finanças públicas e o sector externo.
- O **Capítulo 4. (Proposta do Orçamento Geral do Estado)** – apresentam-se as perspectivas macroeconómicas e fiscais mais actualizadas para o corrente ano, bem como os pressupostos usados para a preparação do OGE 2016 Revisto, incluindo os fluxos orçamentais consagrados na proposta orçamental.
- O **Capítulo 5. (Riscos a Execução da Política Orçamental)** – aborda-se os principais factores de risco para o quadro macro-fiscal.

7. Em obediência ao artigo 104.º da Constituição da República de Angola, a proposta de revisão orçamental que aqui se introduz tem subjacente a situação crítica actual, assim como contém uma nova estimativa de todas as receitas a arrecadar pelo Estado e fixa um novo limite de despesas autorizadas para todos os serviços centrais, institutos públicos e órgãos locais, fundos autónomos e segurança social, em respeito aos princípios da unidade e da universalidade do OGE.

8. De igual modo, e em observância do princípio do equilíbrio orçamental estabelecido no artigo 7.º da Lei do OGE, a proposta de revisão do OGE 2016 prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, nos quais se incluem os recursos do endividamento público – cujo limite líquido está nele fixado – mas excluindo qualquer recurso à criação monetária não permitido por lei.

9. **Os pressupostos técnicos das projecções macroeconómicas e fiscais precisam ser ajustados à recente dinâmica conjuntural internacional e interna, em função do desempenho observado na primeira parte do ano e de novos prognósticos para o fecho do ano 2016.** O quadro dos pressupostos técnicos das projecções macroeconómicas de suporte ao Orçamento Geral do Estado 2016 registou importantes alterações vis-à-vis ao inicialmente programado:

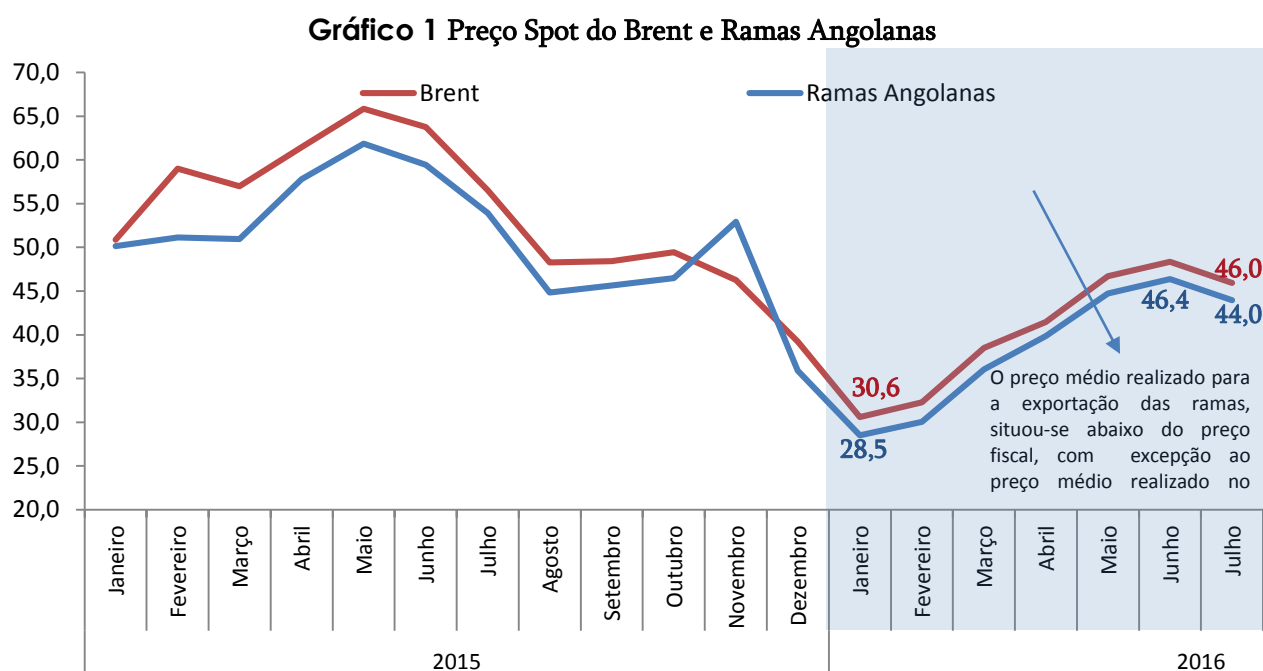
- **As novas estimativas apontam que o ano 2016 deverá fechar com um preço médio de US\$ 40,90/bbl e uma produção de 1.793,4 Mbbls/dia.** As projecções fiscais do OGE 2016 assentaram num preço médio de US\$45,00 e numa produção petrolífera de 1.888,8 Mbbls/dia.
 - *Receita Fiscal:* O OGE 2016 previu uma receita fiscal de Kz 3.514,5 mil milhões. As estimativas actualizadas apontam para uma receita fiscal de Kz 3.484,6 mil milhões até o final de 2016, das quais Kz 1.535,5 mil milhões corresponde a receita petrolífera;
 - *Despesa Fiscal:* O OGE 2016 contemplou uma despesa fiscal de Kz 4.295,7 mil milhões. As estimativas fiscais actualizadas assinalam uma despesa fiscal de Kz 4.484,6 mil milhões;
 - *Saldo Fiscal:* O OGE 2016 previu um défice na ordem dos 5,5% do PIB. As novas projecções fiscais direccionam o quadro fiscal para um défice de 5,9% do PIB. O novo défice fundamenta-se pelo impulso de reanimação de que precisa a economia, via investimento público, que tem sido o motor do crescimento pelo lado da procura.

Conforme se pode aludir, ante ao diferencial de US\$4,00/bbl, parte da despesa corrente não poderá ser financiada com receita corrente.

Três notas técnicas adicionais:

- Após ter apresentado uma evolução bastante deprimida na primeira parte do ano, tendo atingido patamares muito rasos em torno dos US\$ 28,00/bbl, no mês de Janeiro, a recuperação recente que vem observando o preço do petróleo nos mercados internacionais continua tímida e incerta.
- Adicionalmente, a perda líquida em termos de receita fiscal petrolífera que resultaria da magnitude da diferença entre o preço de US\$ 40,90 e US\$ 45,00 não é linear, ou seja, não é tão óbvia como se vem julgando. De facto, o preço e a produção petrolífera constituem os *drivers* de base da receita; todavia há elementos técnicos e idiossincráticos ligados a dinâmica da indústria petrolífera que pesam sobremaneira na arrecadação efectiva pelo Tesouro do Estado. Em termos brutos, a receita petrolífera é não só função daqueles *drivers* (*preço e produção*), mas também da dinâmica técnica do *cost oil*, em valor e não produção física, no sector petrolífero;
- No período de Janeiro a Maio de 2016, registou-se um volume de barris para recuperação de custos elevado em média 46% do valor exportado. A natureza dos custos inclui produção, desenvolvimento e pesquisa. Quanto mais baixo o preço de venda do barril de petróleo, mais petróleo é

necessário para a recuperação de custos pelas companhias. Certo nível de preço pode não ser suficiente para que o sector recupere esses custos na plenitude num determinado exercício económico, criando-se, em alguns casos, uma acumulação de *stock* de custos recuperáveis no exercício seguinte. Em 2015, o preço do petróleo registou quedas sucessivas acentuadas, e o mesmo ocorreu na primeira parte de 2016, afectando igualmente o perfil desses custos e da receita.



Fonte: Bloomberg, Julho de 2016.

- **As projecções do crescimento do PIB não petrolífero são revistas em baixa de 2,69% para 1,2%:** no capítulo do crescimento, as perspectivas de fecho para 2016 prevalecem adversas. O sector não petrolífero deverá contrair-se para 1,2%. Entretanto, o Executivo contempla, em sede da Programação Macroeconómica Executiva, uma estratégia para a normalização das pendências de pagamentos envolvendo moeda externa, de modo a contrariar os impactos da escassez de bens de capital e insumos importados devido à reduzida disponibilidade de divisas.
- **A taxa de câmbio** registou até o mês de junho uma depreciação acumulada numa magnitude de 25,4%, reflectindo uma média no primeiro semestre de cerca de Kz/USD 162,15. Ante as limitadas opções de instrumentos para acomodação dos desafios de tesouraria cambial, medidas de desvalorização tiveram de ser adoptadas no I semestre, com o objectivo de assegurar a manutenção da solidez das reservas internacionais, bem como atenuar a prevalência de elevada procura de moeda externa (incluindo procura especulativa).
- **Taxa de inflação:** O ritmo de variação mensal do índice de Preços ao Consumidor (IPC) acelerou, tendo passado de média em torno de 1%, em Dezembro de 2015, para uma média mensal pouco acima dos 3% nos primeiros

quatro meses do ano. A taxa de inflação acumulada até o mês de junho foi de 21,74%, enquanto a inflação homóloga atingiu os 31,8%. Esta dinâmica inflacionária, resultante da forte alteração do quadro conjuntura, demanda uma readequação do objectivo de inflação para 2016, em sede do quadro macroeconómico 2016, de modo a realinhar as medidas de política fiscal e monetária. Três factores explicam a actual dinâmica inflacionária que experimenta a economia nacional: pelo lado da oferta: (i) **Correção dos preços Administrados**; (ii) **Efeito de Transmissão da desvalorização da taxa de câmbio**; (iii) **Choque da Oferta (choque de quantidades)**; e pelo lado da procura: (iv) **excesso de liquidez**; e (v) **expectativa dos agentes económicos**.

- **Revisão do Orçamento Geral do Estado centra as suas atenções na criação de um impulso fiscal às despesas de investimento:** o investimento público continua a ser a força motriz do crescimento do PIB, no âmbito do modelo económico do país. O OGE 2016 antecipou uma despesa de capital de 5,7% do PIB, ante aos níveis médios de execução de cerca de 11,95% entre 2013/14, e 10,2% entre 2013/15. A nova proposta de revisão orçamental centra as suas atenções no reforço da gestão da capacidade de absorção reflectida pelo défice fiscal de desembolsos externo contratados. Assim, o quadro fiscal contempla um impulso fiscal para a melhoria do crescimento do PIB, através da despesa de capital que se prevê fixar em 5,7% do PIB.
- **Crescimento Mundial está cada vez mais adverso, com o PIB menos robusto, recuos nos esquemas de integração económica, preço do petróleo em recuperação, mas com sinais prevaletentes de insustentáveis.** Os riscos para o quadro macroeconómico nacional prevalecem. O OGE 2016 precisa ajustar-se à dinâmica da realidade económica e financeira internacional.

2 CONTEXTO ECONÓMICO MUNDIAL

2.1 PRODUTO MUNDIAL

10. **O BREXIT impacta o crescimento do PIB Mundial que foi revisto em Baixa pelo FMI a 19 de Julho.** O Fundo Monetário Internacional reviu em baixa do crescimento Mundial para 3,1%, em Julho do corrente ano, 0,1 pontos percentuais abaixo das últimas previsões de Abril, que apontavam para um crescimento de 3,2%, reflectindo a manutenção do ritmo de crescimento nos níveis de 2015. Esta revisão em baixa das previsões do crescimento pelo Fundo reflecte as implicações da recente decisão da retirada da União Europeia tomada pelo Reino Unido, que despoletou novos riscos para o crescimento da actividade económica mundial. O BREXIT afectou o desempenho das economias avançadas e emergentes e, por efeito, igualmente as perspectivas de crescimento dos países produtores de commodities.

Tabela 1 Taxa de crescimento do Produto Mundial

ECONOMIAS	Estrutura do PIB Mundial (PPC) %	Taxa de Crescimento Mundial				
		2013	2014	2015	2016	2016(BREXIT)
Mundo	100	3,3	3,4	3,1	3,2	3,1
Economias Avançadas	49,6	1,2	1,8	1,9	1,9	1,8
E.U.A	19,3	1,5	2,4	2,4	2,4	2,2
Zona Euro	13,1	-0,3	0,8	1,6	1,5	1,6
Alemanha	3,7	0,4	1,6	1,5	1,4	1,6
Espanha	1,6	-1,6	1,4	3,2	2,6	2,6
França	2,7	0,6	0,2	1,1	1,1	1,5
Itália	2,1	-1,7	-0,3	0,8	0,9	0,9
Portugal	0,3	-1,1	0,9	1,5	1,4	1,4
Japão	5,4	1,4	-0,03	0,5	0,5	0,5
Reino Unido	2,7	2,2	2,8	2,2	1,9	1,9
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	50,4	4,9	4,6	3,9	4,1	4,1
BRICS*:						
Rússia	2,9	1,3	0,7	-3,7	-1,8	-1,2
China	15,4	7,7	7,3	6,9	6,5	6,6
Índia	5,8	6,6	7,2	7,3	7,4	7,4
Brasil	2,8	3	0,1	-3,8	-3,8	-3,3
África do Sul	0,7	2,2	1,5	1,3	0,6	0,1
Nigéria	0,6	5,4	6,3	2,7	2,3	-1,8
Africa Sub-sariana	1,4	5,2	5,1	3,4	3,0	1,6

Legenda: PPC – Paridade de Poder de Compra; P – Previsão; *Estimativas Produzidas pelo GERI, Ministério das Finanças, com base na técnica da média geométrica (caso das taxas de crescimento) e agregação aritmética (caso da participação no PIB Mundial em PPC).

Fonte: FMI, WEO, Abril 2016 & Update of July.

11. O crescimento na maioria das economias avançadas permaneceu pouco animador, abaixo do potencial, não obstante a diminuição gradual do hiato do produto.
12. As perspectivas permaneceram com perfis diversificados em todas as economias emergentes e em desenvolvimento, com algumas melhorias para um pequeno número

países emergentes, em particular, o Brasil e Rússia, que verificaram uma revisão modesta em alta nas suas taxas de crescimento, mas deverão permanecer em recessão económica.

13. As previsões de crescimento do Brasil são de uma taxa negativa de 3,3%, enquanto para a Rússia é de 1,2% negativo. As previsões para o conjunto África Sub-sariana foram igualmente revistas em baixa de 3% para 1,6%, em resultado dos prognósticos de recessão na Nigéria.
14. Apesar da incerteza nas perspectivas económicas mundiais se manter elevada, alguns riscos importantes diminuíram (com maior destaque ao BREXIT) no período mais recente. Assim, na Zona do Euro observou-se uma diminuição dos riscos financeiros associados às dívidas soberanas, devida em parte à persistência de uma política monetária marcadamente acomodatória do Banco Central Europeu (BCE), que vem permitindo evitar a escassez de financiamento nas diferentes economias.
15. Importante nota deve ser dada ao facto do risco do BREXIT, de um lado penalizar o crescimento de um grupo de economias (EUA, África do Sul e Nigéria) e do outro lado beneficiar o desempenho das economias da Alemanha, França, China, sendo que o Brasil e a Rússia, vêem relativa melhoria no crescimento negativo.

2.2 INFLAÇÃO

16. A reavaliação das perspectivas globais feitas pelo FMI em Abril de 2016 e mais recentemente a 19 de Julho, permitem prognosticar a manutenção das tendências anterior relativamente ao crescimento moderado da inflação nos anos de 2015 e 2016. A taxa de inflação deverá registar um ligeiro aumento na generalidade das economias avançadas cifrando-se 0,9% em 2015 e as perspectivas para as economias emergentes e em desenvolvimento permanecem em torno dos 4,1%.
17. Entretanto, as projecções feitas pelo FMI em Abril de 2016 mantêm as expectativas de um aumento da inflação, em consequência do aumento da actividade económica esperada a longo prazo, estando prevista para os Estados Unidos a taxa de 0,8% em 2015 (taxa de desemprego deverá se fixar em 5,3%), mantendo-se nos 0,8% em 2016, com taxa de desemprego prevista a cair para os 4,9%, na Zona Euro, mantem-se a previsão das taxas de 0,2% e 0,9% para 2015 e 2016, respectivamente, e os altos níveis de desemprego previstos pela WEO em Abril de 2016 é de 10,8% e 10,3% respectivamente.

Tabela 2 Taxa de Inflação nalguns principais mercados

	Inflação (%)				Desemprego (%)			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
MUNDO	3,3	2,9	2,8	2,9	-	-	-	-
EUA	1,3	0,6	0,8	0,8	7,4	6,2	5,3	4,9
Zona Euro	0,8	-0,17	0,2	0,9	11,9	11,6	10,8	10,3
Japão	1,5	2,5	0,3	-0,15	4	3,6	3,4	3,3
Reino Unido	2	0,9	0,1	1,3	7,6	6,2	5,4	4,5
Nigéria	7,9	7,9	9,5	12	10	7,8	9,9	n/a
BRICS								
• Brasil	5,9	6,5	10,7	7,1	5,4	4,8	6,8	9,2
• Rússia	6,5	11,4	12,9	7,9	5,5	5,2	5,6	6,5
• Índia	8,2	5,3	5,3	5,1
• China	2,5	1,5	1,6	1,8	4,1	4,1	4,1	4,1
• África do Sul	5,4	5,8	4,9	6,9	24,7	25,1	25,4	26,1

Fonte: FMI (WEO Abril de 2016).

18. As previsões para o Japão apontam para uma trajetória de deflação para 2016, com aquele índice a se fixar em -0,15. Já para o Reino Unido, as projecções apontam uma subida do nível da inflação para 2016, para os 1,3%, depois de em 2015 se verificar uma inflação de 0,1%.
19. Os BRICS no geral apresentarão uma queda no nível geral dos preços, fruto das reduções em economias como o Brasil (7,1%), Rússia (7,9%) e Índia (5,1%) e do lado oposto, a observarem taxas de inflação relativamente altas, teremos a China e a África do Sul, com respectivamente, 1,8% e 6,9%.
20. As reduções nos níveis de inflação no Brasil e na Rússia poderão estar relacionados com a recessão económica que tem influenciado negativamente a procura agregada. Em relação a Índia, face ao crescimento económico que tem se assistido, a economia tem tirado proveito dos baixos custos das commodities.

2.3 MERCADO PETROLÍFERO MUNDIAL

21. De acordo com a OPEP, em 2015 o total da oferta de petróleo global atingiu os 95,1 milhões de barris por dia, numa altura em que a procura de petróleo mundial atingiu uma média de apenas 93.0 milhões de barris por dia. O crescimento da oferta foi liderado pelos produtores de petróleo não pertencentes à OPEP. Estes países acrescentaram 2,3 milhões de barris por dia em 2014 e, apesar da queda nos preços do petróleo e de um corte de 20% nos gastos globais de Pesquisa e Produção (P&P), acrescentaram mais 1,5 milhões de barris por dia em 2015.
22. Em 2016 antecipa-se que a oferta de petróleo não pertencente à OPEP caia entre 740 mil barris por dia (valor OPEP) e 800 mil barris por dia (valor AIE). Se os preços permanecerem baixos é provável que a oferta não-OPEP fique estagnada em 2017,

antes de começar a crescer novamente em 2018, à medida que a procura começa a superar a oferta. Mas se os preços de petróleo continuarem a subir, como tem acontecido recentemente, a oferta não-OPEP poderá revelar-se mais resistente uma vez que os produtores se irão esforçar bastante para manter os custos, obter ganhos de eficiência e aumentar a oferta. Além das reduções na oferta nos EUA, a OPEP espera observar declínios na produção da China, México, Reino Unido, Cazaquistão e da Colômbia, com previsões de crescimento no Canadá, Brasil, Rússia e Malásia.

Tabela 3 Produção Mundial de Petróleo

Petróleo Bruto (milhões de barril/dia)	2 012	2013	2 014	2015
Produção Mundial	86 218	86 591	88 834	91 670
Dos quais:				
EUA	8 883	10 059	11 723	12 704
Rússia	10 639	10 779	10 838	10 980
Arabia Saudita	11 635	11 393	11 505	12 014
Emiratos Abra Unido	3 403	3 640	3 685	3 902
Venezuela	2 701	2 678	2 685	2 626
Líbua	2 430	2 321	2 389	2 352

Fonte: Relatório de Abril de 2016 da AIE

23. A longo prazo, os EUA continuarão a ser a fonte principal de crescimento da oferta, ao longo dos próximos cinco anos, acrescentando uns possíveis 1,3 milhões de barris por dia a partir do Golfo do México, com quase 800 mil barris provenientes do *light oil* quando os preços recuperarem suficientemente para revigorar a indústria.
24. De acordo com a AIE, é provável que a Rússia registe o declínio mais acentuado na produção, ao longo dos próximos cinco anos, devido ao acelerado declínio dos campos, limitações nas despesas de capital e pressões fiscais mais fortes.
25. Para os países da OPEP os baixos preços de petróleo forçaram muitos a reavaliar projectos de desenvolvimento, deste modo só se espera que a capacidade de produção aumente 800 mil barris por dia em 2020. O Irão, Iraque e os Emirados Árabes Unidos irão dominar a expansão da capacidade da OPEP com o Irão, após o levantamento das sanções, a aumentar a sua capacidade para quase 4,0 milhões de barris por dia ao longo dos próximos 5 anos.
26. A Arábia Saudita enfrentou uma grave crise orçamental que resultou em cortes profundos nas despesas e reformas sem precedentes para os subsídios da energia e electricidade. Mesmo assim, espera-se que concretizem projectos suficientes para manter a capacidade perto do seu objectivo oficial de 12,5 milhões de barris.
27. Para o resto da OPEP, em geral, são esperados declínios em África, na América Latina e na Indonésia. Espera-se que a capacidade diminua na Nigéria, onde projectos dispendiosos em águas profundas estão a ser adiados, e na Venezuela onde os também dispendiosos projectos para melhorar o petróleo pesado foram suspensos.

2.4 SECTOR EXTERNO

28. As perspectivas de expansão do comércio externo são pouco animadoras. Prevê-se um abrandamento do comércio mundial, sobretudo nas economias avançadas onde as importações irão reduzir de 4,3% para 3,4% em 2016 e as exportações de 3,4% para 2,5% em 2016. Este comportamento se deve sobretudo aos abrandamentos nos EUA e Zona Euro, tal como se mostra na tabela abaixo. A nível dos BRICS prevê-se uma significativa melhoria no saldo negativo das importações do Brasil e Rússia e um ligeiro aumento das importações da China, com a Índia a reduzir as suas importações.

29. Do lado das exportações dos BRICS, as projecções apresentam reduções para a China e o Brasil, uma ligeira melhoria do *deficit* da Rússia e a Índia a aumentar em um ponto percentual as suas exportações para 2016.

Tabela 4 Crescimento do comércio internacional de bens e serviços (%)

	Taxa de crescimento das Importações de bens e serviços				Taxa de crescimento das Exportações de bens e serviços			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
Economias Avançadas	2,2	3,5	4,3	3,4	2,9	3,5	3,4	2,5
Zona Euro	1,3	4,2	5,9	4,3	2,3	3,9	5,1	3,4
Outras	3,9	1,8	2,7	3,3	4,9	2,3	1,9	2,9
EUA	1,1	3,8	4,9	3,5	2,8	3,4	1,1	0,4
Japão	3,1	7,2	0,2	0,6	1,2	8,3	2,7	0,6
Reino Unido	2,8	2,4	6,2	3,6	1,2	1,2	5	2,9
BRICS								
• Brasil	8,4	-0,1	-13,8	-3,5	2,7	-0,3	8,1	6,2
• Rússia	6,1	-4,4	-28,3	-12,9	4,1	-1,7	-4,1	-0,5
• Índia	-3,9	6,7	10,9	8	4,4	4,4	2,4	3,4
• China	10,6	5,4	1,9	2,3	8,7	4,8	-2,1	1,2
• África do Sul	1,8	-0,5	3,1	0,9	4,6	2,6	8,6	2,4
Nigéria	-3,4	22,7	-1,8	9,6	0,4	-6,1	11,3	13,9

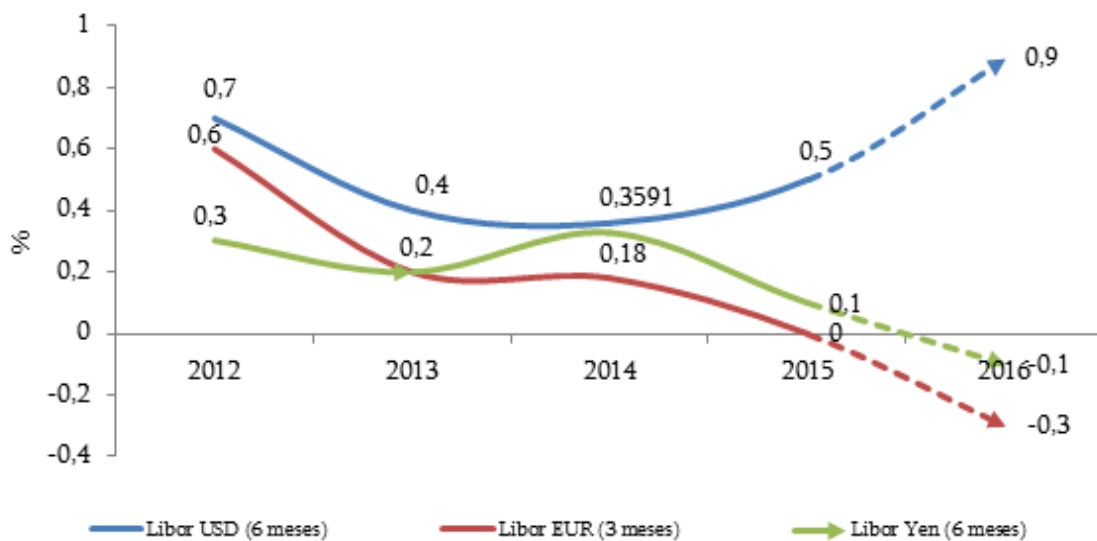
Fonte: FMI, WEO, Abril de 2016.

30. Os riscos para o comércio mundial permanecem, porém, a economia dos Estados Unidos continua a ganhar força e a Zona Euro a recuperar gradualmente, enquanto as economias em desenvolvimento registam ligeiros abrandamentos. Na perspectiva da Organização Mundial do Comércio (OMC), a modificação da política monetária dos Estados Unidos (uma gradual retirada dos estímulos expansionistas e negociação sobre os limites da dívida), a lenta recuperação da Zona Euro, a desaceleração prevista nas economias emergentes e as turbulências na América Latina e Caraíbas, Ásia e na Ucrânia constituem importantes factores de riscos para o crescimento do comércio internacional.

2.5 TAXAS DE JURO

31. De acordo com as revisões do FMI, espera-se que as taxas de juros de referência (*London InterBank Offered Rate – LIBOR*), a depósitos de seis meses, em dólares norte-americanos aumentem 0,4 pontos percentuais, para 0,9% em 2016. A tendência nos últimos três anos é de constantes aumentos, depois de em 2014 terem se fixados nos 0,36% e 0,5% em 2015. Quanto aos depósitos em euros a três meses, a tendência decrescente se mantém após 0,18% em 2014 e 0% em 2015. Para 2016 espera-se que poderão ser negativas ao nível de 0,3%. Os depósitos em yen a seis meses para 2016 mantêm a sua trajetória de descida e as estimativas apontam uma taxa de negativa de 0,1% para 2016, depois de terem atingido 0,1% em 2015. As expectativas de um possível aumento das taxas de juro de longo prazo mantêm-se, sobretudo, nos EU.A.

Gráfico 2 Taxas de Juros de referência



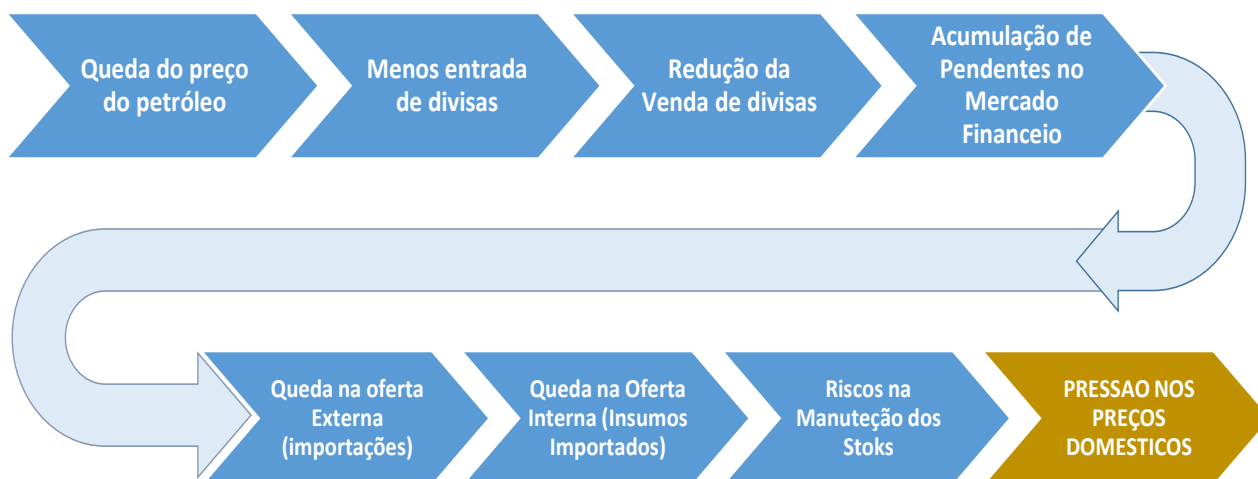
Fonte: FMI, WEO, Abril de 2016.

3 CONTEXTO ECONÓMICO NACIONAL

3.1 PREÇOS

32. **A evolução do preço do petróleo no I Semestre de 2016 condicionou amplamente a matriz dos fundamentos macroeconómicos com grande realce para a taxa de inflação.** A implementação da Programação Macroeconómica Executiva nos primeiros meses de 2016 foi fortemente afectada pela evolução do preço do petróleo no período, que na média ficou em torno dos USD 31,50Bbl, durante o I Trimestre, muito abaixo dos USD 45,00/Bbl previstos no OGE 2016.
33. Não obstante as ligeiras e insustentáveis recuperações registadas no final de 2015, em meados de Janeiro de 2016, o preço do petróleo voltou a registar para patamares em torno dos USD 28,00/Bbl. Esta dinâmica reprimida dos preços nos mercados internacionais, e ante os elevados custos de recuperação por parte das companhias petrolíferas, riscos vários se impuseram para o equilíbrio financeiro das finanças públicas, sustentabilidade da despesa pública e a manutenção das RIL, obrigando o prognóstico previamente avaliado a adopção de importantes medidas na primeira parte do ano.
34. **Ajuste Fiscal:** Com o objectivo de fortalecer o quadro fiscal, um importante instrumento de gestão da actual situação adversa, e para o asseguramento da manutenção das despesas públicas básicas, em Janeiro implementou-se a redução dos subsídios ao gasóleo, gasolina e petróleo iluminante, que ante a uma combinação de eventos económicos descompensadores das alterações expectáveis de preços relativos, impactaram o quadro inflacionário. A dinâmica de preços mais baixos despoletou ainda ajustamentos da Programação Financeira do Tesouro, e respectivos Planos de Caixa, com o objectivo de reordenar a execução orçamental à receitas realisticamente mais expectáveis.
35. **Ajuste Cambial:** igualmente no mês de Janeiro de 2016, a taxa de câmbio desvalorizou em torno de 15% face a ao dólar norte-americano, após um breve curso de estabilidade observado na fase final de 2015. Não obstante a magnitude da sobrevalorização da taxa de câmbio real efectiva, por conta da incomutabilidade de despesas em termos de substituição de bens e insumos localmente produzidos e bens e insumos importados, tornando ineficaz o desencadeamento das alterações de preços relativos e a correcção da taxa de câmbio real efectiva sobrevalorizada, a depreciação cambial transmitiu-se, por *pass trough*, para o sistema de preços internos, impactando a inflação.
36. **Choque da Oferta:** A insuficiente oferta de cambiais fez com que a venda mensal nos leilões de divisas, que no início de 2015 girava em torno dos USD 1 mil milhões, passasse em 2016 a ser inferior à metade deste montante nos meses do período em análise. Em decorrência da menor disponibilidade de divisas aos importadores, registou-se, por um lado, uma redução substancial na importação de bens e, por outro lado, um agravamento na procura por divisas não satisfeita.

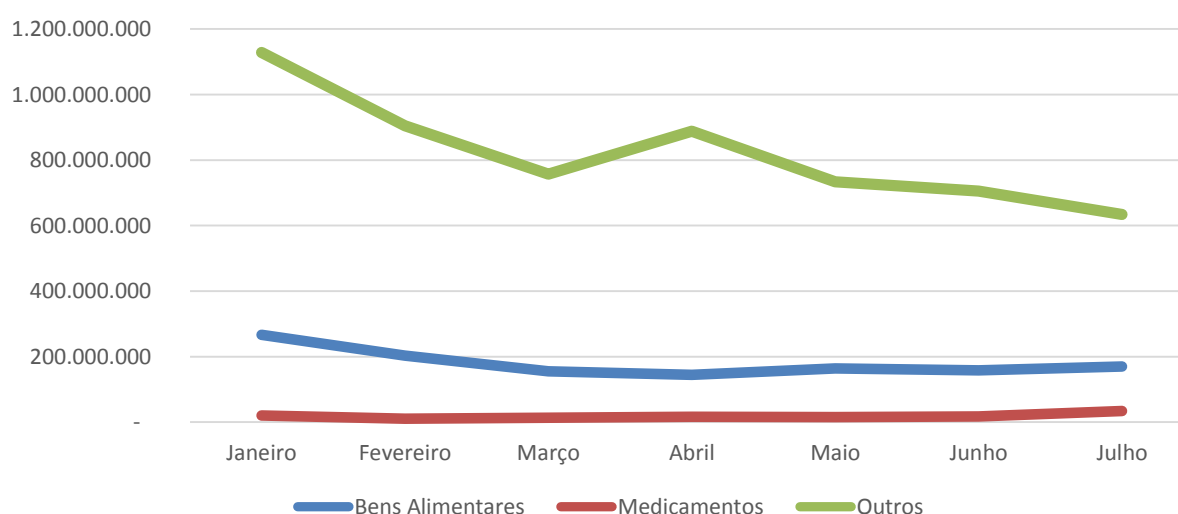
Figura 1 Efeito Económico da Queda do preço do Petróleo



Fonte: MINFIN

37. A queda nas importações sobretudo, de alimentos, iniciado gradualmente desde 2015, e que se intensificou no I Trimestre de 2016, despoletou ainda ataques especulativos de preços por parte dos agentes económicos, obrigando o Executivo a adoptar as medidas de vigias de preços, sobretudo, o dos bens que compõem a cesta básica. Em 2013, a importação de alimentos cifrou-se em USD 450 milhões, USD 465 milhões, em 2014; em 2015, a importação de alimentos caiu severamente cerca de 27,%, passando para USD 338 milhões. Este comportamento de queda das importações de alimentos continuou neste ano, tendo se aferido uma média de importação de cerca de USD 186 milhões, nos primeiros meses do ano. Ou seja, em termos médios, os níveis de importação representam pouco menos da metade dos níveis observados em 2014. Com a menor oferta de bens, sobretudo, de alimentos no mercado, os respectivos preços dos itens subjacentes, cuja procura é inelástica, subiu fortemente, afectando directamente o andamento do Índice de Preços ao Consumidor.

Gráfico 3 Evolução das Importações (em Dólares americanos)

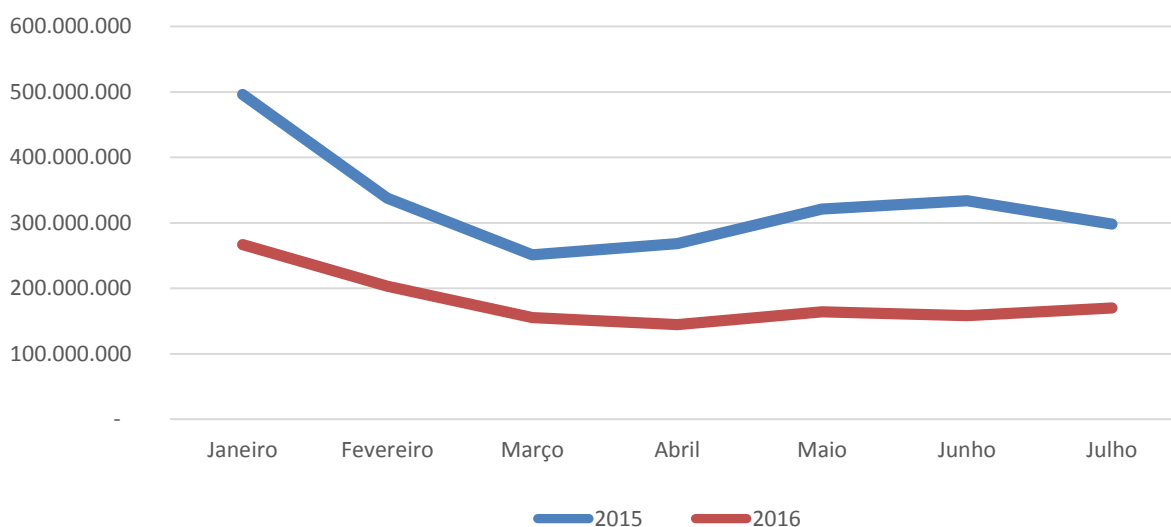


Fonte: AGT

38. Dados das importações tomados pelas Aduanas, apontam uma contínua tendência de quebra ao longo do primeiro semestre, conforme demonstra o gráfico, com sinais

primeiros de inversão da tendência para importação de alimentos, porém muito abaixo dos níveis observados em 2105.

Gráfico 4 Evolução das Importações de Bens Alimentares (Dólares americanos)



Fonte: MINCO

39. **Dinâmica do núcleo de inflação:** estimativas recentes do núcleo de inflação prevalecem altas, indicando a prevalência de factores de índole monetária configurando-se igualmente importantes no quadro da actual dinâmica da taxa de inflação, bem como da gestão mais fina das expectativas dos agentes económicos.
40. Neste contexto, a pressão inflacionista verificada nos primeiros meses do ano é resultado de uma combinação de factores, sendo de destacar os seguintes como determinantes principais: (i) *pass through da taxa de câmbio*; correcção dos preços administrados (choque de preços); rotura de *stocks*, sobretudo, de alimentos induzida pela queda das importações (choque da oferta), conforme se ilustra na função inflação que se apresenta abaixo:

• **Função Inflação**

Inflação f (*pass through; Preços Administrados; Choque da Oferta; Expectativas; Outros factores*)

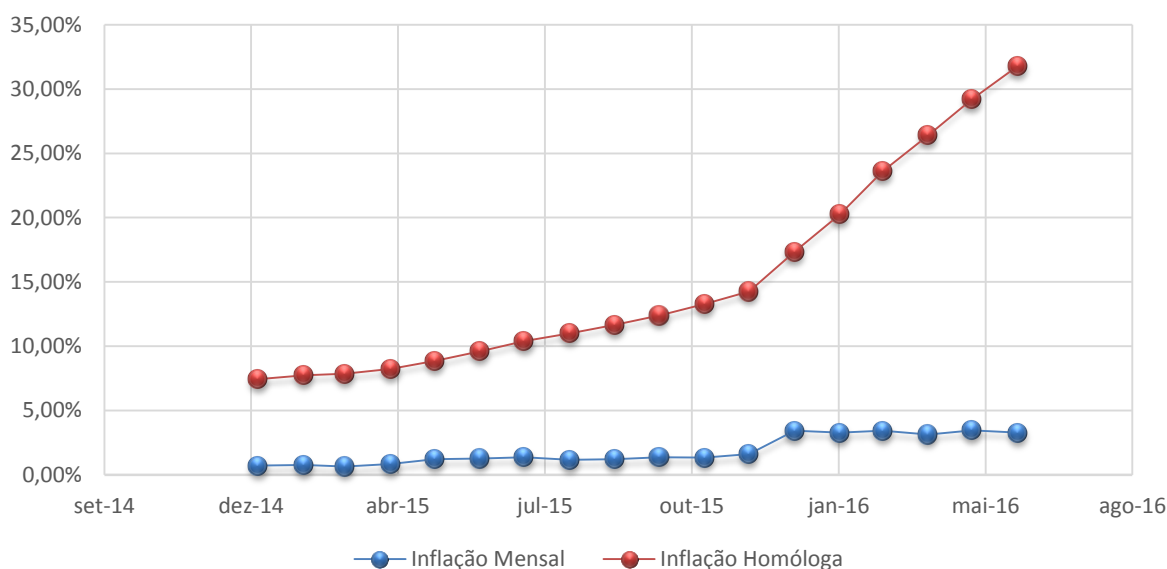
Fonte: Comissão de Coordenação das Políticas Fiscal e Monetária.

41. A Função Inflação da Comissão de Coordenação das Políticas Fiscal e Monetária constitui um importante ponto de partida para o entendimento do actual quadro inflacionário, e para adopção de medidas de gestão conjuntural, visando o seu controlo.
42. Até então, a estratégia do Executivo para o controlo da inflação tem-se consubstanciado na implementação dos seguintes vectores de política económica:
- Aumento das vendas dirigidas de cambiais para os importadores de bens alimentares (a partir de Abril);

- Dentro do possível, manter a estabilidade do Kwanza frente ao dólar americano, de maneira a reduzir o efeito sobre a inflação derivado da desvalorização cambial (*passthrough* cambial);
- Contenção da liquidez, através da implementação do mecanismo de esterilização ex-ante.

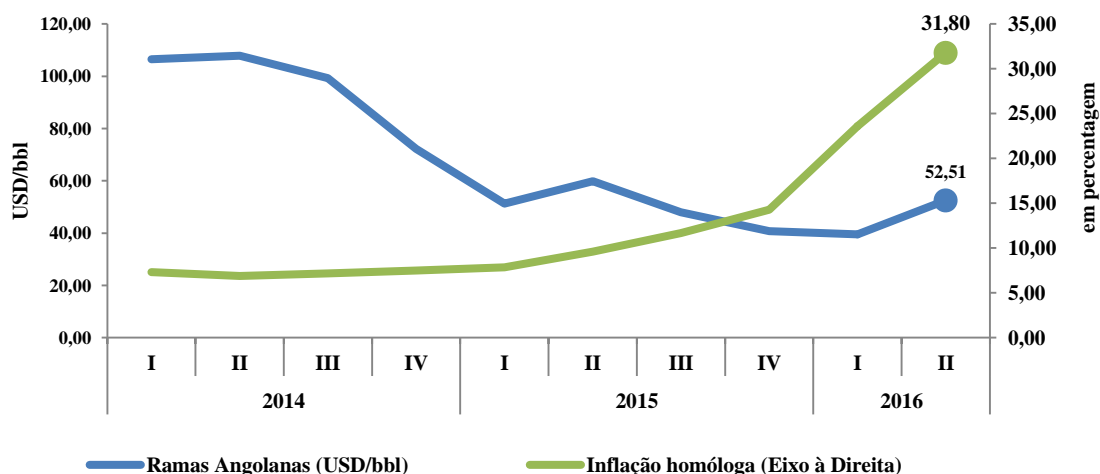
43. **Os preços apresentaram uma aceleração considerável (média mensal de 3,33%).** Em Junho de 2016, a taxa de inflação atingiu os 31,8% em termos homólogos. A inflação acumulada, situou-se em 21,74%. No I Semestre de 2016, as classes Saúde (42,47%), Bens e Serviços Diversos (31,15%), Bebidas Alcoólicas e Tabaco (27,75%), Transportes (25,96%) e Educação (24,86%), foram as que registaram maior variação, todas com um registo superior em relação ao verificado no mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5 Evolução da Inflação



Fonte: BNA

Gráfico 6 Evolução da inflação, Preço das Ramas e Taxa de câmbio



Fonte: BNA. O preço das ramas angolanas do II trimestre de 2016, corresponde a previsões (PFT).

3.2 DESENVOLVIMENTOS FISCAIS

44. **A política fiscal prevaleceu restritiva na primeira parte do ano, com contas fiscais a assinalaram um *superavit* fiscal global na ordem dos 0,7% do PIB, ou seja, Kz 100,1 mil milhões.** À semelhança do ano 2015, o I Semestre de 2016 ficou igualmente caracterizado por um esforço fiscal substancial, sobretudo, nos primeiros meses do ano, para apaziguar diversas preocupações com o equilíbrio financeiro das Finanças Públicas, sustentabilidade da despesa, manutenção das reservas internacionais, e criação de espaço para o aprofundamento das acções de política monetária, ante a evolução reprimida do preço do petróleo nos mercados internacionais, atingindo em meados de Janeiro de 2016 patamares em torno dos USD 28,00/Bbl.
- O preço médio das ramas cifrou-se em USD 31,5 no I Trimestre do ano, e em 43,6 no II Trimestre, perfazendo uma média no I Semestre de USD 37,50, em linha com as projecções em sede da Programação Macroeconómica Executiva – *importante instrumento de gestão conjuntural do Executivo.*
 - A exportação petrolífera foi no I Trimestre de 158,2 milhões de barris, e de 151,3 milhões no II, perfazendo uma exportação semestral de 309 milhões de barris, em termos práticos, em linha com a previsão no OGE 2016;
 - Entretanto, a dinâmica do sector petrolífero impactou negativamente os níveis da receita petrolífera. Na medida em que a par do preço e da produção como principais drivers da receita, elementos idiossincráticos do sector, como *cost recovery* das companhias petrolíferas, pesaram na arrecadação efectiva pelo Tesouro do Estado. No período de Janeiro a Maio de 2016, registou-se um volume de barris para recuperação de custos elevado em média 46% do valor exportado. A natureza dos custos inclui produção, desenvolvimento e pesquisa. Quanto mais baixo o preço de venda do barril de petróleo, mais petróleo é necessário para a recuperação de custos pelas companhias
45. Os resultados preliminares das contas fiscais indicam que no Iº Semestre a receita total atingiu Kz 1.358,1 mil milhões (8% do PIB). A receita petrolífera manteve-se abaixo do expectável, tendo atingido os Kz 578,8 mil milhões, correspondendo a 3,4% do PIB.
46. A receita não petrolífera cifrou-se em Kz 645,9,3 mil milhões no I Semestre do ano, equivalendo a 3,8% do PIB.
47. A assunção do *superavit* fiscal na ordem dos 0,7% do PIB é fundamentalmente suportada pelos níveis de execução da despesa de capital, configurando a dinâmica do défice como uma função da absorção dos desembolsos externos.
48. De notar que, ante aos desenvolvimentos do preço do petróleo, que em meados de Janeiro desceu para patamares em torno dos USD 28,00/Bbl, condicionando amplamente a execução da despesa, com o propósito de fortalecer o lado fiscal, principal determinante para o enfrentamento da crise actual quer seja em relação à manutenção das despesas públicas básicas, ou às expectativas dos agentes em relação à sustentabilidade fiscal, o Executivo para além de implementar, em Janeiro a redução dos subsídios ao gásóleo, gasolina e petróleo iluminante, a potenciação fiscal foi igualmente realizada por ajustamentos à Programação Financeira Trimestral, e

respectivos Planos de Caixa, de maneira a adequar as despesas orçamentais previstas à realidade dos mais baixos preços do petróleo.

49. A despesa total foi executada em 1.239,6 mil milhões (7,3% do PIB). A despesa corrente ascendeu a Kz 1.189,5 mil milhões, correspondendo a 7% do PIB. A despesa de capital foi realizada em Kz 50 mil milhões, equivalendo a 0,3% do PIB.

3.3 SECTOR EXTERNO

50. A conta de bens registou uma melhoria de 13,5% na primeira parte do ano, apresentando um saldo avaliado em USD 6.744,09 milhões¹. Durante o primeiro semestre do ano em curso, verificou-se uma significativa redução acumulada das exportações na ordem dos 32,7%, como das importações em cerca 54,9%.

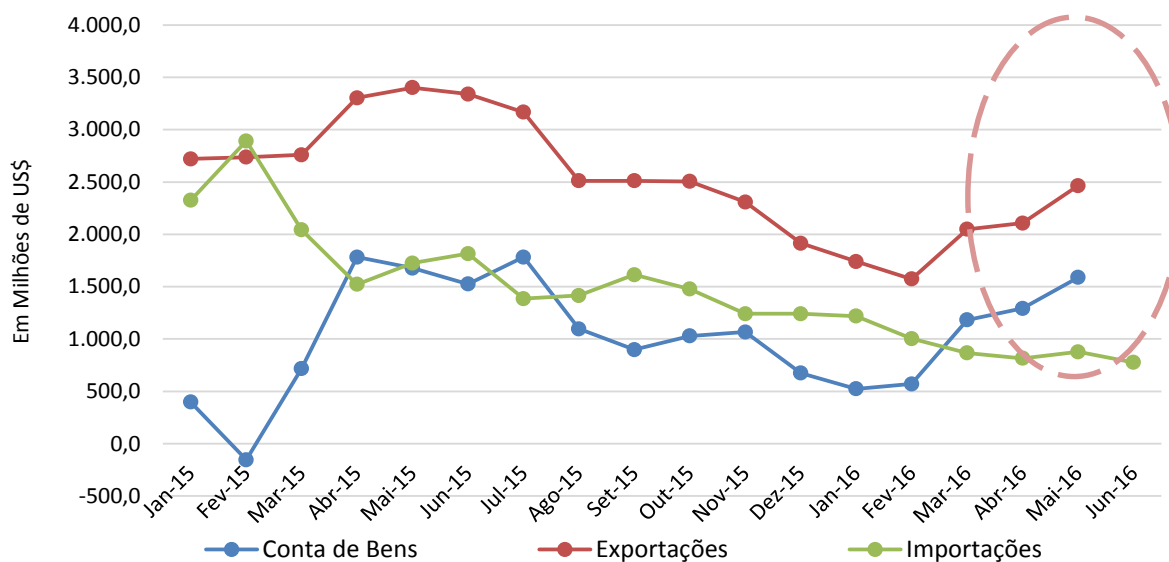
Tabela 6 Comportamento da Conta de Bens da BOP (Em Milhões de US\$)

Descrição	Jan-15	Fev-15	Mar-15	Abr-15	Mai-15	Jun-15	I° Sem.15	Jan-16	Fev-16	Mar-16	Abr-16	Mai-16	Jun-16	I° Sem.16	Var. Acum.
Conta de Bens	396,3	-155,1	717,1	1.781,3	1.677,0	1.525,5	5.942,2	522,8	569,8	1.181,5	1.291,7	1.587,5	1.590,9	6.744,1	13,5%
Exportações	2.721,0	2.737,0	2.759,5	3.303,4	3.402,1	3.339,9	18.263,0	1.740,4	1.572,9	2.047,7	2.107,3	2.464,2	2.367,5	12.300,0	-32,7%
Petróleo bruto	2.579,0	2.622,8	2.667,6	3.125,8	3.268,3	3.097,0	17.360,5	1.616,8	1.449,1	1.920,7	1.993,2	2.354,2	2.251,4	11.585,4	-33,3%
Diamantes	73,8	64,0	46,0	102,1	84,6	161,0	531,5	83,8	94,7	67,5	81,9	75,1	59,9	462,9	-12,9%
Outras	68,3	50,2	45,9	75,5	49,2	81,9	370,9	39,9	29,2	59,5	32,2	34,9	56,2	251,8	-32,1%
Importações	2.324,7	2.892,1	2.042,4	1.522,1	1.725,0	1.814,4	12.320,8	1.217,6	1.003,1	866,2	815,6	876,7	776,6	5.555,9	-54,9%
Combustíveis	384,8	232,5	298,3	310,5	246,8	352,3	1.825,2	136,4	99,3	134,1	96,2	188,8	139,7	794,6	-56,5%
Alimentos	387,2	258,2	185,6	202,3	247,8	262,3	1.543,3	205,4	163,1	130,2	89,8	117,5	107,2	813,2	-47,3%
Outras	1.552,7	2.401,4	1.558,5	1.009,3	1.230,5	1.199,9	8.952,3	875,9	740,7	601,9	629,6	570,4	529,7	3.948,1	-55,9%

Fonte: BNA

51. O gráfico a seguir é ilustrativo de como a redução das receitas de exportação e, conseqüentemente, das disponibilidades cambiais no período em referência, terão forçado um expressivo ajustamento das despesas, sobretudo de importação, o que terá contribuído para a melhoria do saldo da conta de bens em cerca de USD 801,9 milhões.

Gráfico 7 Evolução da Conta de Bens e das suas Componentes



Fonte: BNA

52. A redução das importações foi igualmente extensiva aos produtos da cesta básica, que durante o primeiro semestre de 2016 registaram uma redução de 40,7%, comparativamente ao período homólogo.

¹ Dados Preliminares, sujeito a alterações.

Tabela 7 Evolução da Importação de Produtos da Cesta Básica (Em Milhões de US\$)

Descrição	Jan-15	Fev-15	Mar-15	Abr-15	Mai-15	Jun-15	1º Sem.15	Jan-16	Fev-16	Mar-16	Abr-16	Mai-16	Jun-16	1º Sem.16	Var. acum.
Carne seca	3,0	1,0	5,9	0,1	1,2	0,7	12,0	0,9	0,5	0,8	0,5	0,1	0,1	3,0	-75,3%
Leite em pó	2,5	3,1	2,0	3,8	4,4	3,4	19,3	1,2	1,0	1,8	0,4	1,4	0,8	6,7	-65,2%
Feijão	4,4	3,7	4,7	4,6	7,8	6,1	31,3	6,2	6,9	2,7	3,4	2,1	3,7	24,9	-20,4%
Arroz	47,0	26,7	22,9	26,6	18,9	13,9	156,0	25,8	17,9	13,3	11,2	15,1	10,4	93,6	-40,0%
Farinha de trigo	22,7	19,2	14,0	16,4	21,0	16,8	110,1	19,8	18,5	9,1	6,0	7,8	9,4	70,6	-35,8%
Farinha de milho	8,3	6,3	5,2	6,9	8,1	8,3	43,3	10,2	7,3	6,3	5,0	5,2	5,8	39,8	-8,1%
Óleo alimentar	26,2	14,3	11,5	10,9	28,4	15,5	106,9	13,9	7,6	3,4	4,9	11,4	4,9	46,1	-56,9%
Óleo de palma	32,5	23,5	6,8	11,3	10,9	16,4	101,5	12,6	9,6	5,1	3,9	5,4	1,4	37,9	-62,7%
Açúcar	23,1	13,3	12,9	5,6	16,3	6,8	78,0	11,1	7,9	4,9	4,0	11,4	13,5	52,8	-32,3%
Massa alimentar	8,3	3,2	2,9	2,4	3,1	3,8	23,6	7,8	7,1	5,6	2,4	3,4	2,5	28,8	22,0%
Sal	1,5	0,3	0,4	0,2	0,2	0,6	3,4	0,9	0,3	0,1	0,2	0,1	0,1	1,7	-50,2%
Sabão	3,0	2,1	1,5	2,2	1,7	1,7	12,2	1,2	2,0	1,6	1,3	0,5	1,1	7,5	-38,4%
Total Geral	182,7	116,8	90,6	91,2	122,1	94,1	697,5	111,7	86,5	54,5	43,3	63,8	53,6	413,4	-40,7%

Fonte: BNA

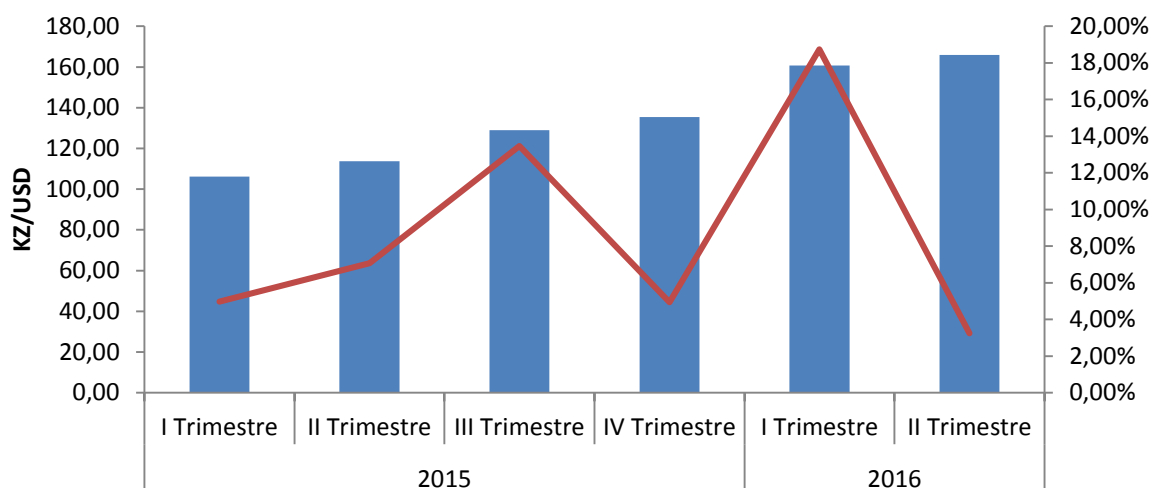
53. Os dados mais recentes referentes ao mês de Junho de 2016 assinalam que as Reservas Internacionais Brutas cifraram-se em USD 24.043,64 milhões, correspondentes a cerca de 8,0 meses de importação de bens e serviços, contra USD 24.419,5 milhões (equivalentes a 7,7 meses de importação) de Dezembro de 2015, resultando numa execução de 6,71 p.p acima do programado inicialmente.
54. As Reservas Internacionais Líquidas, apresentaram comportamento similar, alcançando o *stock* de USD 23.968,55 milhões no período, representando um diferencial de USD 1.358,65 milhões acima do que indicava a programação.

3.4 MERCADOS FINANCEIROS

3.4.1 Mercado Cambial

55. **Com o preço do Brent abaixo da referência do OGE 2016, o mercado cambial tem assistido sucessivos desequilíbrios acompanhados de elevada depreciação cambial.** No I Semestre de 2016, a média da taxa de câmbio do final do período, situou-se em KZ/USD 162,15, resultado de uma manutenção da taxa nos últimos três meses ao nível dos KZ/USD 165,89. Esta depreciação média do I semestre representou uma depreciação homóloga e acumulada da moeda nacional, em torno de 47,55% e de 33,99%, respectivamente.
56. Esta depreciação deveu-se essencialmente a prevalência do desequilíbrio entre a oferta e a procura de divisas, tendo-se registado uma redução expressiva de entradas de recursos em dólares, decorrente da redução significativa do preço do petróleo. Entretanto, a média da taxa de câmbio de referência no I Semestre de 2016, ainda situou-se ligeiramente abaixo dos parâmetros estabelecidos na meta proposta inicial para a Programação Macro Executiva 2016.

Gráfico 8 Taxa de Cambio Oficial (média)



Fonte:

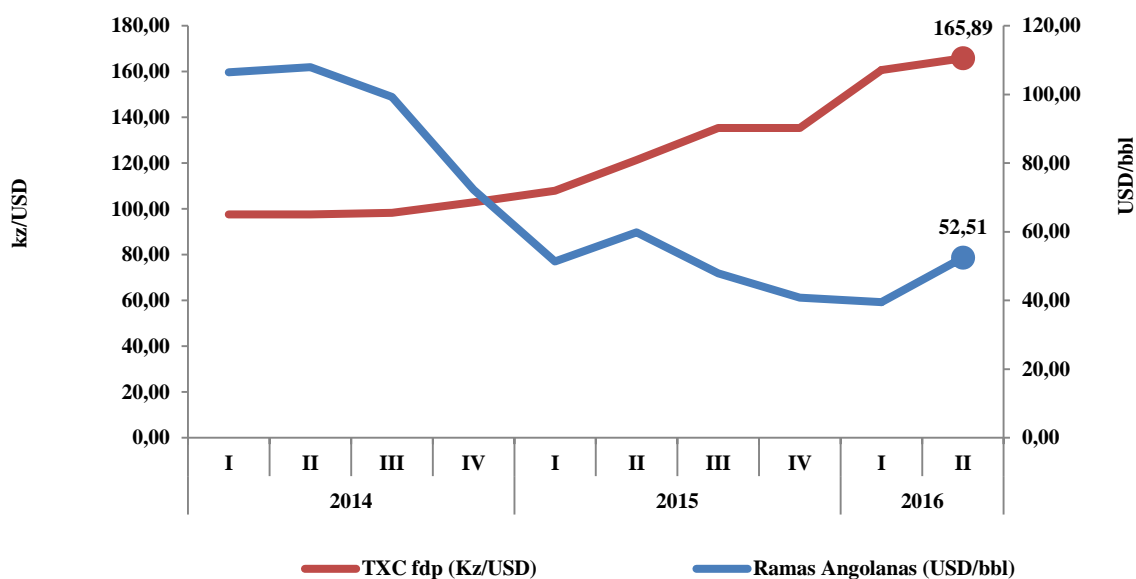
BNA

■ TXC Média do dfp

— Depreciação Média trimestral (Eixo a Direita)

57. A Depreciação cambial observada no mercado primário no I Semestre de 2016 (22,59%) situou-se acima da observada no período homólogo de 2015 (17,98%).

Gráfico 9 Taxa de Câmbio Oficial (média)



— TXC fdp (Kz/USD)

— Ramas Angolanas (USD/bbl)

3.4.2 Mercado Monetário

58. **A política monetária permaneceu restritiva, em resposta ao aumento da inflação, e as condições monetárias permanecem menos favoráveis.** No I Semestre de 2016, o Comité de Política Monetária do BNA, de modo a assegurar a manutenção da estabilidade de preços, procedeu ao ajustamento das taxas directoras do Banco Central, aumentando a Taxa BNA de 12,00% em Janeiro para 16,00%, ao ano, em Junho de 2016. A Taxa da Facilidade de Cedência de Liquidez de 14,00% para 20,00%, e a Taxa da Facilidade de Absorção de Liquidez a 7 dias (FAL 7 dias) de 2,25%

para 7,25%, tendo esta última, alcançado uma favorável adesão por parte do sistema bancário e contribuiu para enxugar liquidez significativa no mercado.

59. A Base Monetária restrita em MN, situou-se em Kz 1.556.386,77 milhões, correspondendo a uma expansão de 3,79%, face a uma expansão mais acentuada de 6,54% prevista para o semestre. A expansão da Base Monetária Restrita em MN foi motivada essencialmente pela expansão dos Activos Externos Líquidos em MN (AEL) em cerca de 20,57%, decorrente do efeito da depreciação cambial que induziu a um aumento das suas componentes denominadas em Kwanzas.
60. Contudo, os Activos Externos Líquidos do BNA em USD diminuíram em 1,65%, fruto da diminuição das Reservas Internacionais Líquidas em 1,22%, devido a uma magnitude de saída de recursos superiores às entradas, sobretudo à venda de divisas.
61. De igual forma, os Activos Internos Líquidos (AIL) contraíram, ao registar uma variação no semestre de 30,21%, contra uma contracção de 17,42%, registada no período homólogo de 2015. Este comportamento dos Activos Internos Líquidos justifica-se em parte pelas necessidades de financiamento por parte do Tesouro, complementando os recursos provenientes de emissões de títulos públicos.
62. Assim, a expansão da Base Monetária Restrita em MN, reflectiu-se no aumento da Reserva Bancária, essencialmente em MN em cerca de 12,68%. No entanto, as Notas e Moedas em Circulação contraíram em 12,98%.

Tabela 8 Execução do Passivo do BNA

DESCRIÇÃO	Variação Trimestral				Variação Acumulada				Variação Homóloga I Semestre			
	2015		2016		2015		2016		2015		2016	
	I Trim-15	II Trim-15	I Trim-16	II Trim-16	I Trim-15	II Trim-15	I Trim-16	II Trim-16	I Trim-15	II Trim-15	I Trim-16	II Trim-16
<i>(em milhões de USD)</i>												
Base monetária restrita	27,36%	0,47%	5,27%	-1,60%	27,36%	27,95%	5,27%	3,59%	44,97%	19,71%	8,95%	6,71%
Base monetária restrita MN	35,13%	0,09%	5,23%	-1,37%	35,13%	35,25%	5,23%	3,79%	54,96%	49,93%	25,49%	23,66%
Notas e moedas em circulação	-10,78%	-7,01%	-1,90%	-11,29%	-10,78%	-17,03%	-1,90%	-12,98%	17,49%	3,35%	19,52%	14,01%
Reserva bancária	51,35%	3,24%	8,63%	2,50%	51,35%	56,25%	8,63%	11,34%	58,73%	26,39%	5,03%	4,28%
Depósitos obrigatórios	19,17%	23,71%	12,85%	6,45%	19,17%	47,43%	12,85%	20,13%	22,23%	27,51%	26,65%	8,98%
Em moeda nacional	28,14%	38,07%	13,96%	7,99%	28,14%	76,93%	13,96%	23,07%	31,34%	71,33%	76,93%	38,39%
Em moeda estrangeira	6,71%	-0,24%	5,74%	-4,21%	6,71%	6,46%	5,74%	1,29%	9,56%	-19,82%	-57,21%	-58,92%
Depósitos livres	268,93%	-41,49%	-7,88%	-16,41%	268,93%	115,85%	-7,88%	-23,00%	356,66%	21,45%	-42,21%	-17,44%
Em moeda nacional	398,83%	-46,39%	-8,70%	-17,22%	398,83%	167,45%	-8,70%	-24,42%	362,52%	210,69%	-42,07%	-10,55%
Em moeda estrangeira	-23,07%	29,84%	6,58%	-4,21%	-23,07%	-0,11%	6,58%	2,09%	285,56%	-73,97%	-44,31%	-58,92%

Fonte: BNA

63. No que tange os Agregados Monetários (Meios de pagamentos), as Contas Monetárias preliminares de Junho de 2016 indicam uma expansão do M3 e M2 no I Semestre de 2016, em torno de 15,14. Esta expansão resulta do aumento dos Activos Externos Líquidos do Sistema Bancário em MN em 19,59% (na sequência da depreciação cambial) e dos Activos Internos Líquidos em 7,73%.
64. A expansão do M3 e M2 reflectiu-se no aumento do M1 em 16,66% e Quase Moeda em 12,87%. A expansão do M1, foi motivada pelo aumento dos Depósitos Transferíveis em

MN (19,19%) e ME (21,82%). A Quase Moeda foi impulsionada de igual forma, pelo aumento das suas duas componentes, em MN (13,61%) e ME (11,96%). De notar que as Notas e Moedas em Poder do Público, contraíram em 8,88%, reflectindo a menor actividade económica.

65. A expansão verificada no Agregado Monetário M2 Amplo no I Semestre, acima do crescimento verificado na Base Monetária (3,79%) indica um crescimento semestral do Multiplicador monetário², tendo passado de 3,80 para 4,22.

Tabela 9 Execução do Agregado Monetário (Médios de Pagamento)

DESCRIÇÃO	Variação Trimestral				variação Acumulada I Semestre				variação homologa I Semestre			
	2015		2016		2015		2016		2015		2016	
	I Trim-15	II Trim-15	I trim-16	II Trim-16	I Trim-15	II Trim-15	I Trim-16	II Trim-16	I Trim-15	II Trim-15	I Trim-16	II Trim-16
M2 = (M1 + Quase-Moeda)	0,47%	2,10%	10,53%	4,17%	0,47	2,58%	5,05	15,14%	11,69%	11,95%	19,21%	25,45%
M1	1,81%	-2,22%	13,22%	3,04%	1,81	-0,46%	6,22	16,66%	13,16%	9,17%	20,03%	29,42%
Notas e moedas em poder do público	-8,03%	-7,16%	4,94%	-13,17%	-8,03	-14,61%	17,79	-8,88%	20,13%	5,15%	9,33%	19,60%
Depósitos transferíveis	3,02%	-1,68%	14,26%	4,90%	3,02	1,29%	5,03	19,86%	12,45%	9,60%	21,25%	30,44%
Em moeda nacional	8,58%	-1,16%	11,52%	6,87%	8,58	7,32%	7,36	19,19%	26,83%	22,03%	18,77%	31,96%
Em moeda externa	-9,43%	-3,07%	22,26%	-0,36%	-9,43	-12,20%	-0,70	21,82%	-13,78%	-14,26%	27,83%	26,28%
Quase-Moeda	-1,60%	9,00%	6,50%	5,97%	-1,60	7,26%	3,26	12,87%	9,42%	16,20%	17,96%	19,76%
Outros depósitos	-1,60%	9,00%	6,50%	5,97%	-1,60	7,26%	3,26	12,87%	941,57%	1619,97%	17,96%	19,76%
Em moeda nacional	-4,56%	5,81%	3,77%	9,48%	-4,56	0,98%	2,97	13,61%	13,71%	14,76%	12,50%	21,34%
Em moeda externa	2,52%	13,14%	9,86%	1,91%	2,52	15,98%	3,59	11,96%	4,32%	17,99%	25,04%	17,87%
Outros instrumentos equiparáveis a depósitos (1)	1,99%	13,32%	16,40%	0,65%	1,99	15,57%	-3,43	17,15%	17,62%	28,37%	45,40%	24,62%

Fonte: BNA

66. O Crédito a outros sectores residentes (Crédito à Economia) expandiu em cerca de 9,51%. O crescimento do crédito no I Semestre de 2016 poderá estar associado à depreciação da taxa de câmbio, tendo em conta que no agregado do crédito bancário o crédito em ME é denominado em Kwanzas.
67. Por outro lado, a expansão nominal do Crédito à Economia inverte o sentido quando analisada em termos reais, ou seja, retirando o efeito da inflação (21,74%), o Crédito à Economia contrai em 10,05%, podendo deduzir-se que houve alguma retracção na concessão do Crédito por parte dos bancos, o que poderá afectar o crescimento do PIB.
68. Como nota principal, observou-se no I Semestre de 2016 uma expansão da Base Monetária Restrita em MN e dos Agregados Monetários (M3 e M2), dentro dos parâmetros previstos na Programação Macroeconómica Executiva, o que poderá indicar uma aceleração da inflação no período associada à depreciação cambial e aos efeitos de redução de ofertas de produtos de maior consumo nacional.

² O Multiplicador Monetário foi calculado como a razão entre o agregado monetário (M2 Amplo) e a Base Monetária Restrita.

4 PROPOSTA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO

4.1 CENÁRIO MACROECONÓMICO PARA 2016 REVISTO

69. Os pressupostos subjacentes ao quadro macroeconómico são os seguintes:

Tabela 10 Pressupostos Técnicos de Programação Macroeconómica

INDICADORES	2014 Prel.	2015 Est.	2016		
			PND	OGE	OGE Revisto
Taxa de Cambio (Kz/US\$)	98,3	120,1	100,1	143,82	-
Inflação (%)	7,5	14,27	7	11	38,5
Produção Petrolífera (MBbl)	610,16065	649,528592	760,3	689,4	654,6
Produção Petrolífera (MBbl) /dia	1.671,67	1779,530389	2 083,0	1 888,8	1793,385
Preço Médio do Petróleo (US\$/Bbl)	96,9	49,97	89,9	45	40,9

Fonte: MPDT, MINFIN e BNA.

70. **As perspectivas de crescimento da economia nacional são revistas em baixa de 3,3% (OGE 2016) para 1,1%.** A taxa de crescimento do PIB real projectada para 2016 é de 1,1%, com o sector petrolífero a crescer 0,8% e o sector não petrolífero 1,2%. O desempenho do sector não petrolífero neste cenário é justificado pela melhoria da performance esperada nos sectores da agricultura (de 4,6% para 6,7%), construção (de 3,1% para 3,2%), indústria transformadora (de 3,1% para -3,9%) e serviços mercantis (de 2,4% para 0%).

71. As dinâmicas sectoriais prognosticadas para o corrente ano são as seguintes:

4.1.1 Sector Petrolífero

72. A produção petrolífera situar-se-á em 654,6 milhões de barris, que correspondem a uma produção média diária de 1.793,4 mil barris, incluindo a produção do ALNG que poderá alcançar uma produção média diária de 54.145 barris equivalentes, abaixo dos níveis de produção média diária de 60.000 barris equivalentes inicialmente previstas.

Tabela 11 Crescimento e Contribuições para a Taxa de Crescimento do PIB

Projeções Económicas	2013	2014	2015 Est.	2016 OGE	OGE Revisto
Crescimento do PIB Real e Suas Componentes (%)					
PIB	6,8	4,8	3,0	3,3	1,1
Agricultura	42,3	11,9	0,8	4,6	6,7
Pescas e derivados	2,4	19,1	8,1	0,2	1,7
Diamantes e outros	3,3	1	2,2	1	-0,6
Petróleo	-0,9	-2,6	6,3	4,8	0,8
Indústria transformadora	8,6	8,1	-2,1	3,1	-3,9
Construção	8,1	8	3,5	3,1	3,2
Energia	34,4	17,3	2,5	20	19,9
Serviços mercantis	7	8	2,2	2,4	0,0
Outros	0,7	6	1,1	0,00	0,0
Memória:					
Crescimento do PIB real Não Petrolífero (%)	10,9	8,2	1,5	2,7	1,22
PIB Nominal (mil milhões de Kz)	12.056,34	12.462,32	12.536,97	14.218,10	16.879,61
dos quais: Não Petrolífero	7.238,60	8.158,00	9.439,40	10.916,40	13.220,39

Fonte: MPDT

4.1.2 Sector Não Petrolífero

73. As novas perspectivas de crescimento para o sector não petrolífero é resultado da combinação de crescimento positivo esperados nos sectores da energia (19,9%), agricultura (6,7%), pescas (1,7%), construção (3,2%) e crescimento negativo nos sectores dos diamantes (-0,6%), indústria transformadora (-3,9%).
74. O Sector da Agricultura deverá crescer a uma taxa de 6,7%, contra os 11,3%, previstos no PND 2013-2017. O actual nível tecnológico da agricultura nacional e a grande contribuição da agricultura familiar torna-o muito dependente das oscilações climáticas e da distribuição de *inputs* (sementes, utensílios de produção e fertilizantes), as quais afectam consideravelmente os resultados apurados, bem como as projecções.
75. A Campanha Agrícola 2015-2016 foi programada para incidir sobre as principais fileiras (cereais, das leguminosas e oleaginosas, das raízes e tubérculos, da carne, do algodão, do café e palmar e ainda do mel) que estão directamente ligadas com a dieta alimentar das populações do país. Para a dinamização das acções no âmbito dessa Campanha Agrícola previu-se um conjunto de acções diversas centradas no aumento da preparação mecanizada de terras e o incremento do uso da tracção animal, no acesso aos insumos agrícolas (fertilizantes, sementes e agroquímicos), na facilitação do Crédito Agrícola de Campanha e de Investimento que não estão a ocorrer em decorrência da situação económica actual.
76. Neste contexto, mesmo com as boas cargas pluviométricas verificadas, a produção da primeira campanha cresceu menos do esperado devido a insuficiente distribuição de *inputs* (sementes e fertilizantes) e o estado em que se encontram as vias de

comunicação que ligam as zonas agrícolas dos centros de consumo que está a condicionar a actividade dos agricultores.

77. O Sector das Pescas reviu em baixa a sua taxa de crescimento para 2015, ao passar de 7,4% previstos no PND 2013-2017, para 1,7%, em resultado do contexto económico actual.
78. O Sector Diamantífero deverá apresentar um desempenho negativo de 0,6% contra os 4,9% previstos no PND 2013-2017. Estão na base deste desempenho, a revisão em alta do desempenho em 2015.
79. O Sector da Indústria Transformadora deverá apresentar um desempenho negativo de 3,9%, justificado fundamentalmente pelo seguinte factor:
 - Observação no 1º Semestre de uma elevada ociosidade da capacidade produtiva provocada pela redução da força de trabalho expatriada resultante da dificuldade das empresas obterem divisas para suportar o pagamento dos seus salários e escassez de matérias-primas resultante da situação económica actual;
80. O Sector da Construção reviu as suas estimativas em baixa, ao passar dos 10,0% previstos no PND 2013-2017, para 3,2%, em decorrência da actual conjuntura macroeconómica e fiscal.
81. O Sector dos Serviços Mercantis poderá registar uma estagnação, contrariamente ao crescimento de 8,0% previstos no PND 2013-2017. Estiveram na base desta revisão os seguintes factores observados no 1º Semestre do ano:
82. Redução do volume de importações e enfraquecimento da cadeia de distribuição, o que tem afectado a actividade mercantil;
83. Contenção nos investimentos das grandes cadeias comerciais e de distribuição;
84. Diminuição do número de passageiros e do volume de carga manipulada e transportada, em consequência da redução do volume de importações e do mau estado das vias de comunicações;

4.2 Cenário Fiscal para 2016

4.2.1 Fluxos Globais do Orçamento Geral do Estado Revisto

85. **Projeções Fiscais concentram atenções no impulso à despesa de capital para o reforço do crescimento do PIB, e déficit fiscal aumenta para 5,9% do PIB.** As novas projeções do quadro Fiscal 2016 antecipam fluxos fiscais globais para o corrente ano financeiro assentes num preço de referência fiscal de USD 40,90/bbl, contra os USD 45,00/bbl inicialmente previstos.
86. As Receitas Fiscais (excluindo desembolsos de financiamentos e venda de activos) estão previstas em Kz 3.484,6 mil milhões, as Despesas Fiscais (excluindo amortização da dívida e constituição de activos) estão fixadas em Kz 4.484,6 mil milhões, resultando num déficit fiscal de Kz 1.000,0 mil milhões, equivalente a 5,9% do PIB, contra o déficit de 5,5% previsto no OGE 2016.
87. **O aumento do déficit é consistente com a necessidade de reforço do crescimento. A estratégia fiscal preconizada contempla um impulso económico através da despesa pública para níveis para próximos dos níveis médios dos anos recentes.** Tomando por partida que o déficit é uma função da velocidade da logística técnico-administrativa de utilização dos desembolsos externos, a política fiscal lança o desafio no quadro da gestão da capacidade de absorção dos desembolsos externos financiadores da despesa de capital ao abrigo de linhas de crédito já contratados. O principal objectivo é devolver o ímpeto do crescimento do PIB para níveis mais robustos, não obstante a assunção de um déficit agravado. Em resultado deste exercício de flexibilização fiscal pelo lado da despesa, as projeções fiscais actualizadas permitem antecipar uma despesa de capital na ordem dos Kz 961,1 mil milhões, reflectindo um reforço numa magnitude de 17,8% face ao previsto no OGE 2016, e de 18,2% face ao executado em 2015. Em termos de percentagem do PIB, a despesa de capital é prevista em 5,7% no OGE 2016 Revisto.
88. A despesa corrente observa igualmente um ligeiro incremento, ao passar de Kz 3.480,1 mil milhões (cenário fiscal a USD 45/bbl) para Kz 3.523,5 mil milhões (cenário fiscal a USD 40,90/bbl), correspondendo a um aumento de 1,2%. Em termos de natureza económica da despesa, os incrementos incidiram sobre as despesas: (i) Custo com Pessoal (4,4%) e (ii) juros (43,7%). Quanto as despesas com transferência, esta prevista ligeira redução de 1,3%, em consequência da redução dos Subsídios em cerca de 2,2%.
89. Com efeito, o impulso fiscal eleva a despesa total em cerca de 4,4% face ao inicialmente previsto no OGE 2016, passando de Kz 4.295,7 mil milhões (cenário fiscal a USD 45/bbl) para Kz 4.484,6 mil milhões (cenário fiscal a USD 40,9/bbl).

Tabela 12: Balanço Macro-Fiscal 2013-2015

Ord.	Quadro Fiscal (expressas em mil milhões de Kwanzas, excepto onde indicado em contrário)	2013 Exec.	2014 Exec.	2015 Prel.	OGE 2016	OGE 2016 Revisto	OGE - Revisão OGE	Variação % (OGE V& Revisão OGE)	Em percentagem do PIB			OGE 2016	OGE 2016 Revisto
									2013 Exec.	2014 Exec.	2015 Prel.		
1.0	Receitas	4 848,6	4 402,6	3 381,4	3 514,5	3 484,6	↓ - 29,86	↓ -0,8%	40,2	35,3	27,4	24,7	20,6
1.1	Receitas Correntes	4 847,8	4 402,1	3 380,3	3 514,5	3 484,6	↓ - 29,86	↓ -0,8%	40,2	35,3	27,4	24,7	20,6
1.1.1	Impostos	4 602,0	4 098,0	3 055,6	3 235,1	3 092,0	↓ - 143,06	↓ -4,4%	38,2	32,9	24,8	22,8	18,3
1.1.1.1	Petrolíferos	3 629,8	2 969,8	1 897,7	1 689,7	1 535,50	↓ - 154,23	↓ -9,1%	30,1	23,8	15,4	11,9	9,1
1.1.1.1.9	Dos quais: Direitos da concessionária	2 445,6	1 993,5	1 305,6	1 163,0	968,07	↓ - 194,94	↓ -16,8%	20,3	16,0	10,6	8,2	5,7
1.1.1.2	Não petrolíferos	972,2	1 128,2	1 157,8	1 545,4	1 556,54	↑ 11,16	↑ 0,7%	8,1	9,1	9,4	10,9	9,2
1.1.2	Contribuições sociais	120,7	86,9	150,7	153,0	153,0	→ -	→ 0,0%	1,0	0,7	1,2	1,1	0,9
1.1.3	Doações	1,8	1,5	1,2	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.1.9	Outras receitas	123,2	215,7	172,8	126,4	239,6	↑ 113,21	↑ 89,6%	1,0	1,7	1,4	0,9	1,4
1.2	Receitas de Capital	0,8	0,5	1,1	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.0	Despesa Total	4 816,4	5 221,4	3 858,0	4 295,7	4 484,6	↑ 188,90	↑ 4,4%	39,9	41,9	31,3	30,2	26,6
2.1	Despesas correntes	3 437,3	3 665,9	3 044,9	3 480,1	3 523,5	↑ 43,39	↑ 1,2%	28,5	29,4	24,7	24,5	20,9
2.1.1	Remuneração dos empregados	1 154,8	1 318,9	1 390,4	1 497,4	1 562,6	↑ 65,24	↑ 4,4%	9,6	10,6	11,3	10,5	9,3
2.1.1.1	Vencimentos	1 083,7	1 246,7	1 313,6	1 420,5	1 484,0	↑ 63,51	↑ 4,5%	9,0	10,0	10,7	10,0	8,8
2.1.1.2	Contribuições sociais	71,1	72,2	76,8	76,9	78,7	↑ 1,73	↑ 2,2%	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5
2.1.2	Bens e serviços	1 228,3	1 249,4	778,8	995,2	847,6	↓ - 147,57	↓ -14,8%	10,2	10,0	6,3	7,0	5,0
2.1.3	Juros	99,1	147,2	248,5	307,4	441,7	↑ 134,37	↑ 43,7%	0,8	1,2	2,0	2,2	2,6
2.1.3.1	Externos	40,1	59,6	105,9	155,0	221,5	↑ 66,50	↑ 42,9%	0,3	0,5	0,9	1,1	1,3
2.1.3.2	Internos	59,0	87,6	142,6	152,3	220,2	↑ 67,87	↑ 44,6%	0,5	0,7	1,2	1,1	1,3
2.1.4	Transferências correntes	955,0	950,4	627,2	680,2	671,5	↓ - 8,65	↓ -1,3%	7,9	7,6	5,1	4,8	4,0
2.1.4.1	Subsídios	710,2	668,2	278,5	370,1	361,9	↓ - 8,19	↓ -2,2%	5,9	5,4	2,3	2,6	2,1
2.1.4.2	Doações	2,9	6,1	3,8	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.1.4.3	Prestações sociais	210,2	233,3	298,3	199,8	200,1	↑ 0,30	↑ 0,1%	1,7	1,9	2,4	1,4	1,2
2.1.4.9	Outras despesas	31,7	42,9	46,6	110,3	109,5	↓ - 0,75	↓ -0,7%	0,3	0,3	0,4	0,8	0,6
2.2	Despesas de Capital	1 379,1	1 555,4	813,2	815,6	961,1	↑ 145,51	↑ 17,8%	11,4	12,5	6,6	5,7	5,7
2.1	Aquisição de activos não financeiros	1 376,4	1 547,3	796,4	815,6	961,1	↑ 145,51	↑ 17,8%	11,4	12,4	6,5	5,7	5,7
2.1.1	Activos fixos	1 376,1	1 546,2	795,9	815,62	961,1	↑ 145,51	↑ 17,8%	11,4	12,4	6,5	5,74	5,7
2.2	Outras	2,7	8,1	16,7	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0
3.0	Saldo Global (compromisso)	32,3	-818,7	-476,6	-781,2	-1 000,0	↓ - 218,76	↑ 28,0%	0,3	-6,6	-3,9	-5,5	-5,9
4.0	Restos a Pagar e a Receber	323,5	515,6	135,1	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	2,7	4,1	1,1	0,0	0,0
5.0	Saldo Global (caixa)	355,7	-303,2	-341,5	-781,2	-1 000,0	↓ - 218,76	↑ 28,0%	3,0	-2,4	-2,8	-5,5	-5,9
6.0	Financiamento líquido	-355,7	303,2	341,5	781,2	1 000,0	↑ 218,76	↑ 28,0%	-2,9	2,5	2,8	5,5	5,9
6.1	Financiamento interno (líquido)	-538,9	-134,4	101,0	-277,7	189,4	↑ 467,11	↓ -168,2%	-4,5	-1,1	0,8	-2,0	1,1
6.1.1	Activos	-731,0	-774,8	-507,4	-328,1	-406,6	↓ - 78,51	↑ 23,9%	-6,1	-6,2	-4,1	-2,3	-2,4
6.1.1.4	Acções e outras participações	-127,3	-221,7	-93,2	-328,1	-406,6	↓ - 78,51	↑ 23,9%	-1,1	-1,8	-0,8	-2,3	-2,4
6.1.1.4.1	Aquisição	-128,4	-222,1	-96,1	-329,7	-408,1	↓ - 78,41	↑ 23,8%	-1,1	-1,8	-0,8	-2,3	-2,4
6.1.1.4.2	Venda	1,1	0,4	0,4	1,7	1,5	↓ - 0,10	↓ -6,2%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6.1.1.5	Reservas técnicas de seguro	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6.1.1.6	Derivados financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6.1.1.7	Outros Activos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6.1.2	Passivos	192,1	640,4	608,4	50,4	596,0	↑ 545,62	↑ 1082,2%	1,6	5,1	4,9	0,4	3,5
6.1.2.1	Crédito líquido obtido	192,1	640,4	608,4	110,8	656,4	↑ 545,62	↑ 492,6%	1,6	5,1	4,9	0,8	3,9
6.1.2.1.1	Desembolsos	1 292,7	1 855,5	1 378,6	1 395,2	2 089,4	↑ 694,17	↑ 49,8%	10,7	14,9	11,2	9,8	12,4
6.1.2.1.1.1	Obrigações do Tesouro	427,6	454,4	929,5	1 038,2	2 089,4	↑ 1 051,17	↑ 101,3%	3,5	3,6	7,5	7,3	12,4
6.1.2.1.1.2	Bilhetes do Tesouro	305,7	480,8	428,3	285,0	0,0	↓ - 285,00	↓ -100,0%	2,5	3,9	3,5	2,0	0,0
6.1.2.1.1.3	Outros	559,3	920,2	20,8	72,0	0,0	↓ - 72,00	↓ -100,0%	4,6	7,4	0,2	0,5	0,0
6.1.2.1.2	Amortizações	-1 100,6	-1 215,1	-770,2	-1 284,4	-1 433,0	↓ - 148,55	↑ 11,6%	-9,1	-9,7	-6,3	-9,0	-8,5
6.1.2.1.2.1	Obrigações do Tesouro	-201,8	-160,4	-274,2	-382,4	-1 198,0	↓ - 815,58	↑ 213,3%	-1,7	-1,3	-2,2	-2,7	-7,1
6.1.2.1.2.2	Bilhetes do Tesouro	-139,4	-361,1	-357,6	-685,6	0,0	↑ 685,62	↓ -100,0%	-1,2	-2,9	-2,9	-4,8	0,0
6.1.2.1.2.3	Outros	-759,4	-693,6	-138,4	-216,4	-235,0	↓ - 18,59	↑ 8,6%	-6,3	-5,6	-1,1	-1,5	-1,4
6.1.2.1.4	Reservas técnicas de seguro	0,0	0,0	0,0	-60,3	-60,3	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	-0,4	-0,4
6.2	Financiamento Externo (líquido)	183,2	437,6	240,5	1 058,9	810,5	↓ - 248,36	↓ -23,5%	1,5	3,5	2,0	7,4	4,8
6.2.1	Activos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6.2.2	Passivos	183,2	437,6	240,5	1 058,9	810,5	↓ - 248,36	↓ -23,5%	1,5	3,5	2,0	7,4	4,8
6.2.2.1	Empréstimos líquidos recebidos	183,2	437,6	240,5	1 058,9	810,5	↓ - 248,36	↓ -23,5%	1,5	3,5	2,0	7,4	4,8
6.2.2.1.1	Desembolsos	379,9	731,5	578,6	1 518,0	1 384,2	↓ - 133,77	↓ -8,8%	3,2	5,9	4,7	10,7	8,2
6.2.2.1.1.1	Empréstimos financeiros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6.2.2.1.1.2	Linhas de crédito	379,9	731,5	578,6	533,9	0,0	↓ - 533,86	↓ -100,0%	3,2	5,9	4,7	3,8	0,0
6.2.2.1.1.3	Projectos	0,0	0,0	0,0	984,1	1 384,2	↑ 400,09	↑ 40,7%	0,0	0,0	0,0	6,9	8,2
6.2.2.1.1.4	Outros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
6.2.2.1.2	Amortizações	-196,7	-294,0	-338,1	-459,1	-573,7	↓ - 114,59	↑ 25,0%	-1,6	-2,4	-2,7	-3,2	-3,4
7.0	Discrepâncias	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	→ -	→ 0,0%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	Saldo Operacional	1 411,4	736,7	336,5	34,4	-38,9							
	% do PIB	11,7	5,9	2,7	0,24	-0,2							
	Saldo Primário Não Petrolífero	-3 498,5	-3 641,3	-2 125,9	-2 163,61	-2 093,8							
	Saldo Primário Não Petrolífero (% do PIB NP)	-48,3	-44,6	-22,5	-19,82	-15,8							
Memo:													
	Inflação ac. (%)	7,7	7,5	14,3	11,0	38,5							
	Taxa de câmbio média (Kz/US\$)	96,6	98,3	120,1	143,8								
	Exportações de petróleo bruto (milhões de barris)	626,3	610,2	628,3	689,4	654,6							
	Preço do petróleo bruto (US\$/barril)	107,7	96,9	50,0	45,0	41							
	Produto Interno Bruto (mil milhões de Kz)	12 056,3	12 462,3	12 320,8	14 218,1	16 879,6							
	PIB petrolífero	4 817,8	4 304,3	2 884,4	3 301,7	3 659,2							
	PIB não petrolífero	7 238,5	8 158,0	9 436,4	10 916,4	13 220,4							
	Taxa de Cresc. Produto Real (% chg)	6,8	4,8	3,0	3,3	1,1							
	Petrolífero	-0,9	-2,6	6,3	4,8	0,8							
	Não Petrolífero	10,9	8,2	1,5	2,7	1,2							

Fonte: Ministério das Finanças.

4.2.1.1 Financiamento do Orçamento

90. A proposta do Orçamento Geral do Estado Revisto para 2016 consagra um fluxo total de financiamento no montante de Kz 6.959,73 mil milhões, correspondendo a um aumento em torno de 8,3% face ao OGE inicial. A tabela abaixo apresenta o Programa de Recursos para o Financiamento do OGE, consagrando fontes fiscais, para-fiscal, patrimonial e de endividamento público.

Tabela 13 Plano de Financiamento do OGE Revisto 2016

Descrição	Kz Mil Milhões			percentagem do total		
	OGE USD 45	OGE USD 40,9	Δ%	OGE USD 45	OGE USD 40,9	Δ pp
1. Receitas Fiscais	3 514,48	3 484,62	-0,8%	54,7%	50,1%	4,6%
1.1 Impostos	3 235,10	3 092,038	-4,4%	50,3%	44,4%	5,9%
1.1.1 Petrolíferos	1 689,73	1 535,50	-9,1%	26,3%	22,1%	4,2%
1.1.2 Não Petrolíferos	1 545,38	1 556,54	0,7%	24,0%	22,4%	1,7%
1.2 Contribuições Sociais	152,98	152,98	0,0%	2,4%	2,2%	0,2%
1.3 Outras	126,40	239,60	89,6%	2,0%	3,4%	-1,5%
2. Receita Patrimonial	1,7	1,5	-6,2%	0,0%	0,0%	0,0%
3. Receita de Endividamento	2 913,16	3 473,56	19,2%	45,3%	49,9%	-4,6%
3.1 Interno	1 395,18	2 089,35	49,8%	21,7%	30,0%	-8,3%
3.2 Externo	1 517,98	1 384,21	-8,8%	23,6%	19,9%	3,7%
4 Total	6 429,29	6 959,73	8,3%	100%	100%	0%

*Inclui Receita Para-fiscal; **Variação em pontos percentuais. Fonte: MINFIN.

91. O Programa de Aplicações da proposta OGE revisto é apresentado na Tabela a seguir.

Tabela 14 Estrutura da Aplicação de Recursos em 2016

Descrição	Kz Mil Milhões			percentagem do total		
	OGE USD 45	OGE USD 40,9	Δ%	OGE USD 45	OGE USD 40,9	Δ pp
1. Custo com Pessoal	1 497,4	1 562,6	4%	23,29%	22,45%	-0,84%
1.1 Dos quais: Vencimentos	1 420,5	1 484,0	4%	22,09%	21,32%	-0,77%
2. Bens e Serviços	995,2	847,6	-15%	15,48%	12,18%	-3,30%
3. Juros	307,4	441,7	44%	4,78%	6,35%	1,57%
3.1 Interno	155,0	221,5	43%	2,41%	3,18%	0,77%
3.2 Externo	152,3	220,2	45%	2,37%	3,16%	0,79%
3. Transferências	680,2	671,5	-1%	10,58%	9,65%	-0,93%
3.1 Dos quais: Subsídios	370,1	361,9	-2%	5,76%	5,20%	-0,56%
4. Aquisição de Activos Não Finan.	815,6	961,1	18%	12,69%	13,81%	1,12%
5. Amortização da Dívida	1 743,5	2 006,6	15%	27,12%	28,83%	1,71%
5.1 Interna	1 284,4	1 433,0	12%	19,98%	20,59%	0,61%
5.2 Externa	459,1	573,7	25%	7,14%	8,24%	1,10%
6. Outras Aplicações Financeiras	390,1	468,5	20%	6,07%	6,73%	0,66%
7 Total	6 429,29	6 959,73	8,3%	100,0%	100,0%	0,00%

Fonte: Ministério das Finanças.

Tabela 15 Mapa de Origem e Aplicação de Fundos

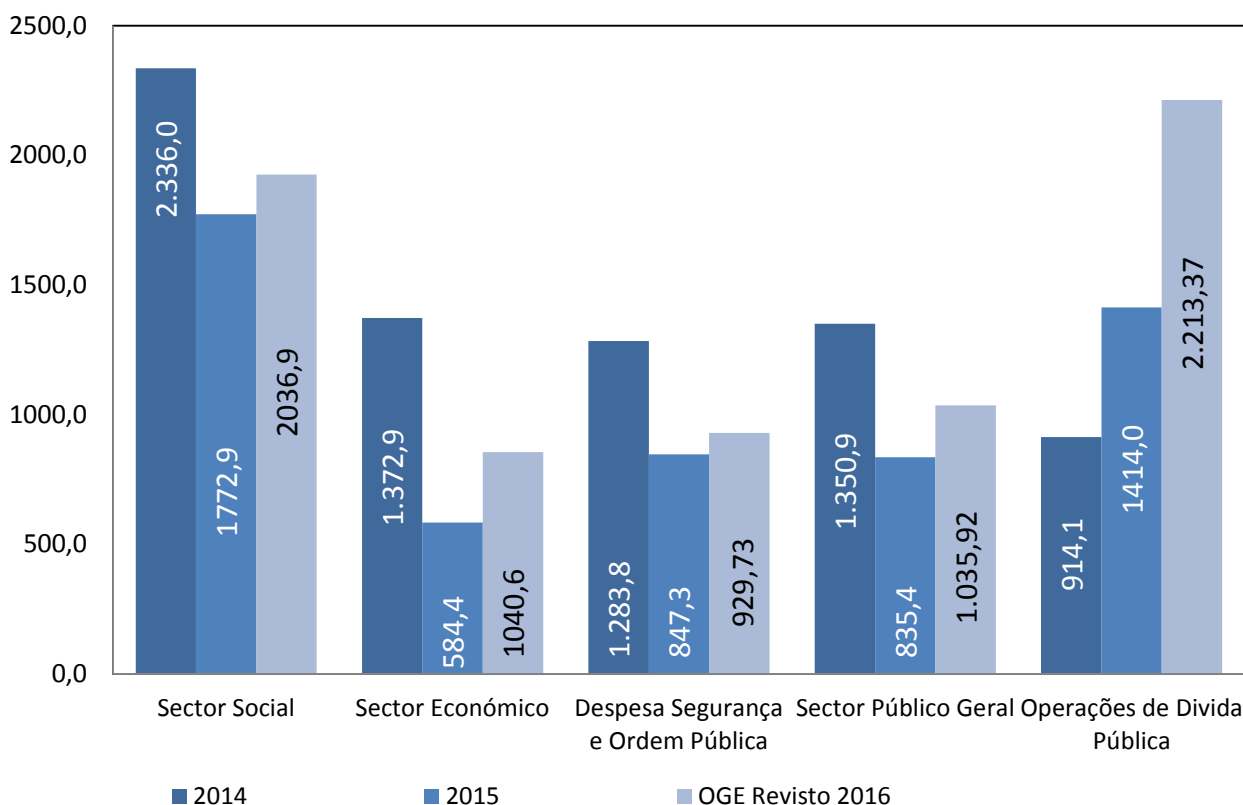
	DESIGNAÇÃO	2016 OGE	2016 OGE Revisto
I	ORIGENS (1.1+1.2+1.3+1.4+1.5)	6 429 287 906 777,00	6 959 728 851 527,00
1.1	Receitas fiscais	3 514 480 148 068,00	3 484 622 127 371,00
1.1.1	Impostos	3 235 102 100 876,00	3 092 038 031 830,00
1.1.1.1	Petrolíferas	1 689 726 394 413,00	1 535 499 122 674,00
1.1.1.1.1	Dos quais: Receita da concessionária	1 163 005 147 830,00	968 068 881 847,00
1.1.1.2	Não petrolíferas	1 545 375 706 463,00	1 556 538 909 156,00
1.1.2	Contribuições	152 979 852 691,00	152 979 852 691,00
1.1.3	Doações	0,00	0,00
1.1.4	Outras receitas	126 398 194 501,00	239 604 242 850,00
1.2	Amortização de empréstimos concedidos	0,00	0,00
1.3	Venda de activos	1 650 725 312,00	1 548 064 985,00
1.4	Financiamentos	2 913 157 033 397,00	3 473 558 659 171,00
1.4.1	Internos	1 395 179 706 079,00	2 089 350 258 496,00
1.4.1.1	Títulos	1 395 179 706 079,00	2 089 350 258 496,00
1.4.1.2	Outros (inclui atrasados)	0,00	0,00
1.4.2	Desembolsos externos	1 517 977 327 318,00	1 384 208 400 675,00
1.4.2.1	Empréstimos financeiros	0,00	0,00
1.4.2.2	Linhas de crédito e projectos	1 517 977 327 318,00	1 384 208 400 675,00
1.4.2.3	Outros (inclui perdão e reescalonamento)	0,00	0,00
1.5	Reservas do Tesouro	0,00	0,00
II	APLICAÇÕES (2.1+2.2+2.3+2.4+2.5+2.6+2.7)	6 429 287 906 777,00	6 959 728 851 527,00
2.1	Remuneração dos empregados	1 497 376 194 472,00	1 562 614 765 255,00
2.1.1	Vencimentos	1 420 451 843 079,00	1 483 963 770 485,00
2.1.2	Contribuições sociais	76 924 351 393,00	78 650 994 770,00
2.2	Bens e serviços	995 190 707 885,00	847 618 338 059,00
2.3	Juros	307 352 605 890,00	441 722 063 756,00
2.3.1	Externos	155 036 158 498,00	221 540 007 615,00
2.3.2	Internos	152 316 447 392,00	220 182 056 141,00
		0,00	0,00
2.4	Transferências	680 172 711 038,00	671 527 484 553,00
2.4.1	Subsídios	370 068 707 183,00	361 879 260 213,00
2.4.2	Doações	0,00	0,00
2.4.3	Prestações sociais	199 837 764 212,00	200 135 764 212,00
2.4.4	Outras	110 266 239 643,00	109 512 460 128,00
2.5	Aquisição de activos não financeiros (Inclui I	815 601 598 947,00	961 127 144 014,00
2.6	Outras aplicações financeiras	390 084 813 902,00	468 493 493 961,00
2.6.1	Concessão de empréstimos	0,00	0,00
2.6.2	Outras aplicações	390 084 813 902,00	468 493 493 961,00
2.7	Amortização da dívida	1 743 509 274 643,00	2 006 625 561 929,00
2.7.1	Interna	1 284 433 704 951,00	1 432 962 191 932,00
2.7.1.1	Titulada	1 284 433 704 951,00	1 432 962 191 932,00
2.7.1.2	Atrasados	0,00	0,00
2.7.2	Externa	459 075 569 692,00	573 663 369 997,00
2.8	Reservas do Tesouro		
III	SALDO (I - II) (+: excesso de financiamento; -	0,00	0,00

Fonte: Ministério das Finanças.

4.2.1.2 Leituras Funcional, Programática e Territorial do OGE 2016 Revisto

4.2.1.2.1 Leitura Funcional do OGE 2016 Revisto

Gráfico 10 Composição Funcional da Despesa do OGE 2016



Fonte: Ministério das Finanças.

92. O peso do sector social resulta da importância da operação e manutenção das instituições prestadoras de serviços públicos de saúde, de educação e de assistência social a crianças e idosos. As dotações orçamentais para o sector social, em especial nos sectores da saúde, educação e ensino superior visam assegurar a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

4.2.1.2.2 Despesas Funcionais do OGE Inicial e Revisto de 2016

93. A distribuição da Despesa pelas várias funções do Estado, não contemplando as operações de dívida, apresentam na presente proposta de revisão orçamental um incremento a nível de todos os agregados sectoriais, com excepção das com o Sector Social e Serviços Públicos Gerais. Em linha com os desígnios da revisão, que orientam para um maior impulso fiscal para o reforço do crescimento, o Sector Económico registará um aumento na ordem dos 35,5%, passando a corresponder a um peso de 18%, cerca de 4,3pp face ao inicialmente previsto no OGE 2016. A Despesa com a Defesa, Segurança e Ordem Pública regista um incremento de cerca de 0,3%, passando,

entretanto, a reflectir um peso menor face ao OGE 2016, conforme se apresenta na tabela na página seguinte.

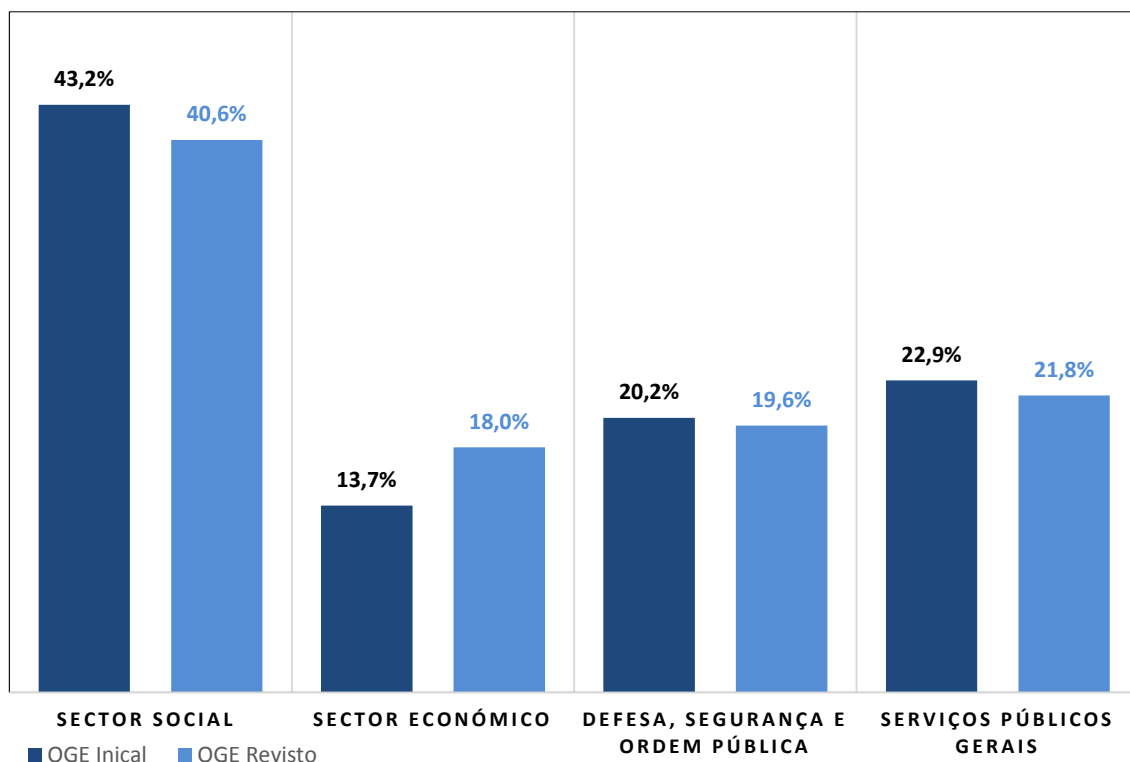
94. O sector social representa 40,6% da despesa fiscal, enquanto os Serviços Públicos Gerais passam a representar 21,8%.

Tabela 16 Despesa por Função do OGE 2016 Inicial e Revisto, Mil Milhões de Kz.

Rubricas	OGE Inicial	OGE Revisto	Varição	OGE Inicial Estrutura	OGE Revisto
Sector Social	1983,10	1925,53	-2,9%	43,2%	40,6%
Educação	491,20	455,93	-7,2%	10,7%	9,6%
Saúde	340,70	302,97	-11,1%	7,4%	6,4%
Protecção Social	812,10	758,76	-6,6%	17,7%	16,0%
Habitacção E Serviços Comunitários	35,60	373,94	950,4%	0,8%	7,9%
Recreacção, Cultura E Religiao	287,50	24,83	-91,4%	6,3%	0,5%
Protecção Ambiental	16,00	9,11	-43,1%	0,3%	0,2%
Sector Económico	630,50	854,43	35,5%	13,7%	18,0%
Agricultura, Sivicultura, Pesca E Caça	44,60	27,14	-39,2%	1,0%	0,6%
Transportes	153,30	224,05	46,2%	3,3%	4,7%
Combustiveis E Energia	31,30	288,36	821,3%	0,7%	6,1%
Indústria Extractiva, Transformadora E Construcção	142,50	27,33	-80,8%	3,1%	0,6%
Assuntos Económicos Gerais, Comerciais E Laborais	246,10	272,34	10,7%	5,4%	5,7%
Comunicações E Tecnologias Da Informacção	12,40	15,11	21,9%	0,3%	0,3%
Investigacção E Desenvolvimento(I&D)Em AssuntEconómicos	0,30	0,09	-70,0%	0,0%	0,0%
Defesa, Segurança e Ordem Pública	926,60	929,73	0,3%	20,2%	19,6%
Defesa	485,70	478,91	-1,4%	10,6%	10,1%
Segurança E Ordem Pública	440,80	450,82	2,3%	9,6%	9,5%
Serviços Público Gerais	1053,30	1035,52	-1,7%	22,9%	21,8%
Órgãos Legislativos	22,00	27,33	24,2%	0,5%	0,6%
Órgãos Executivos	734,80	644,23	-12,3%	16,0%	13,6%
Serviços Gerais				0,0%	0,0%
Assuntos Financeiros E Fiscais	235,10	264,46	12,5%	5,1%	5,6%
Relações Exteriores	36,60	34,35	-6,1%	0,8%	0,7%
Serviços Públicos Gerais De InvestigE Desenvolvimento	0,30	0,17	-44,8%	0,0%	0,0%
Ajuda Económica Externa	1,80	1,76	-2,1%	0,0%	0,0%
Investigacção Básica	1,40	2,84	102,5%	0,0%	0,1%
Serviços Gerais (Inclui da AdministPública Não Especificados)	21,30	60,38	183,5%	0,5%	1,3%
Total	4.593,50	4.745,21	3,3%	100,0%	100,0%

Fonte: MINFIN

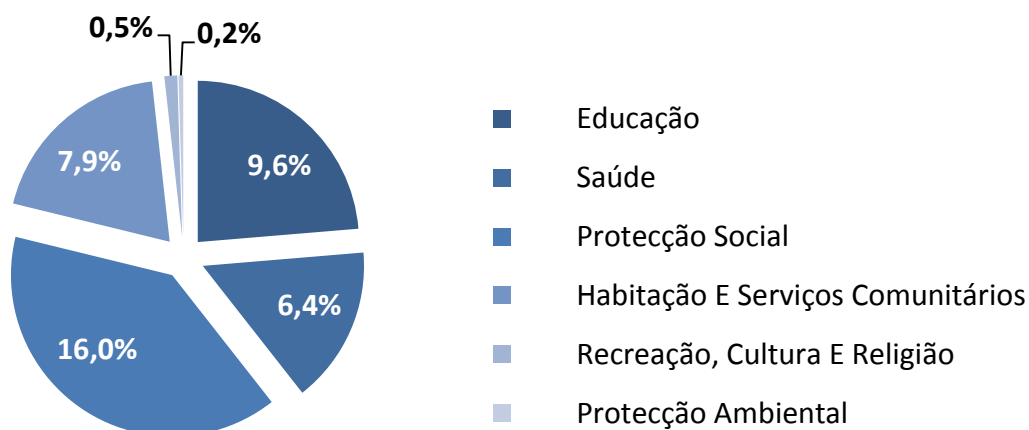
Gráfico 11 Alteração na composição funcional da Despesa



Fonte: MINFIN.

95. As Despesas com o Sector Social correspondem a 40,6% da Despesa Fiscal Total (excluindo operações de financiamento). A anatomia interna desta despesa traduz-se no seguinte: 9,6% correspondem às Despesas com a Educação; 6,4% às Despesas com a Saúde; 16% às Despesas com Protecção Social; 7,9% às Despesas com Habitação e Serviços Comunitários; 0,5% às Despesas com Recreação, Cultura e Religião; e 0,2% às Despesas com a Protecção Ambiental, conforme pode ser observado no gráfico a abaixo:

Gráfico 12 Despesa por função: Anatomia do Sector Social



Fonte: MINFIN.

96. As Despesas com o Sector Social e com o Sector Económico perfazem 58,6% da Despesa Fiscal Total proposta, fixando-se assim em cerca de Kz 2.779,96 mil milhões enquanto, as restantes Despesas perfazem 41,4% da Despesa Total.

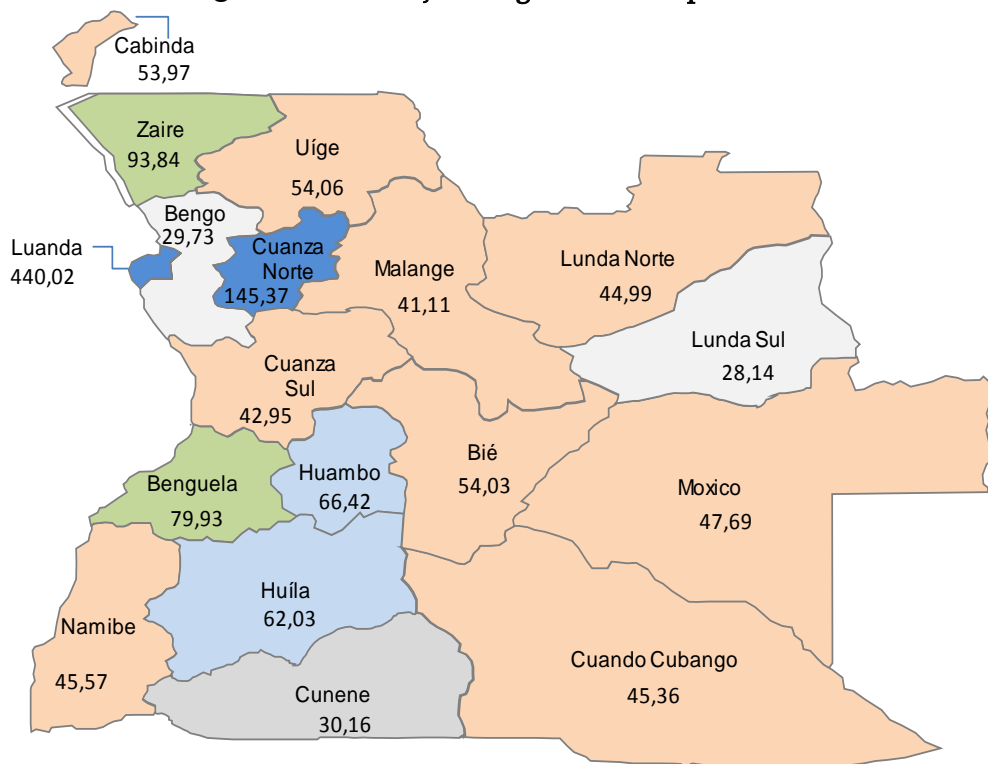
4.2.1.2.3 Leitura Territorial do OGE 2015

97. Por outro lado, a despesa por província está centrada maioritariamente na província de Luanda e Cuanza Norte, Zaire, Benguela, Huambo e Huíla. Não obstante, a evolução do nível da despesa em províncias como Malange e Cuanza Sul, Lunda Norte, Moxico, Namibe e Cuando Cubango, Uíge e Bié espelham a dinâmica do executivo na alocação de forma gradual de um volume cada vez maior de recursos às demais províncias.

98. De acordo com o PND, as províncias mais a norte do País, nomeadamente, Cabinda, Zaire, Uíge, Cuanza Norte e Malange, tendem a afirmar-se como importantes pólos comerciais, industriais e petrolíferos. Por outro lado, as províncias do Cuanza Sul, Benguela, Huambo, Huíla e Bié têm promovido o desenvolvimento urbano, a agricultura empresarial e o desenvolvimento industrial.

99. De referir que, a informação do orçamento por província não se encontra reflectido o orçamento na íntegra. Encontra-se aqui representado somente as despesas funcionais e por outro lado, não foram consideradas as despesas e receitas da estrutura central do Estado.

Figura 2 Distribuição Geográfica da Despesa



*Valores em mil milhões de Kwanzas

Fonte: MINFIN.

5 RISCOS À EXECUÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

5.1 Principais Riscos Orçamentais

100. A circunstância actual de queda da produção petrolífera e do preço do petróleo bruto no mercado internacional, releva a seriedade com que deve ser encarada a questão da sustentabilidade das finanças públicas, devendo ser mesmo tratada como uma questão de Estado e de segurança nacional, uma vez que da redução permanente das receitas petrolíferas resultam as seguintes consequências:

- Redução da capacidade do Estado fazer o serviço da dívida externa. Esse facto compromete a capacidade do Governo se financiar no mercado financeiro internacional, face ao aumento do nível de risco soberano do país, forçando a reduzir a despesa pública;
- Suspensão da execução de projectos de investimento em curso;
- Redução da capacidade de financiar a prestação dos serviços de educação, de saúde e da assistência social;
- Redução da capacidade de financiar a actividade das forças armadas e da polícia nacional; e
- Comprometimento do funcionamento da administração pública.

101. Podem ser identificados os seguintes riscos principais riscos para a realização da despesa pública:

- Risco do preço de exportação do petróleo bruto;
- Risco da produção petrolífera;
- Risco de financiamento;
- Risco de Suspensão de Projectos de Investimento no quadro de maior *stress* fiscal ou de financiamento;
- Risco da capacidade de absorção dos desembolsos externos.

5.2 Evolução do Preço de Petróleo

102. As finanças públicas nacionais continuam vulneráveis aos choques do sector petrolífero. Tais choques podem provir tanto da oscilação da produção petrolífera, mas também – e sobretudo – da volatilidade do preço do petróleo bruto no mercado internacional.

103. Em linha com os mais recentes desenvolvimentos internacionais, as principais incertezas quanto à dinâmica do preço do petróleo referem-se à duração da queda, da sua magnitude, não obstante tenha começado a apresentar alguma resistência à queda recentemente. Outra preocupação decorre da natureza dos factores subjacentes à queda do preço, que poderão impactar o preço estrutural do petróleo.

104. As variações do preço do petróleo no mercado internacional, associadas ao aumento da oferta global de petróleo e às mudanças na configuração geopolítica e estratégicas no médio oriente e leste europeu, vêm impactando sobre o andamento dos preços do petróleo das ramas angolanas, cuja referência é o preço do Brent. Com efeito, a

implementação do PND 2013-2017 estará dependente do comportamento do preço da principal commodity de exportação angolana.

5.3 Evolução da Produção de Petróleo

105. A expectativa quanto a evolução da produção influencia as estimativas quanto a arrecadação, fazendo com que anualmente sejam orçamentadas despesas numa magnitude idêntica à estimativa de arrecadação.

106. O detalhe da Proposta do Orçamento Geral do Estado 2016 Revisto contém os seguintes documentos anexos:

- ANEXO 1 Resumo da Receita Por Natureza Económica;
- ANEXO 2 Resumo da Receita Por Fonte de Recursos;
- ANEXO 3 Resumo da Despesa Por Natureza Económica;
- ANEXO 4 Resumo da Despesa Por Função;
- ANEXO 5 Resumo da Despesa Por Local;
- ANEXO 6 Resumo do orçamento por Programa;
- ANEXO 7 Dotações Orçamentais Por Órgãos.